

Revista do
prêmio
Mario Covas

10
VOLUME 1, 2015

ISSN 2359-5949

HÁ 10 ANOS DIFUNDINDO, PREMIANDO E MULTIPLICANDO BOAS PRÁTICAS

PRÊMIO 2014

CONHEÇA AS 14 INICIATIVAS VENCEDORAS

MEMÓRIA

118 PROJETOS GANHADORES EM 10 ANOS DE PRÊMIO

Governo do Estado de São Paulo

Governador

Geraldo Alckmin

Secretaria de Planejamento e Gestão

Secretário

Marcos Antonio Monteiro

Unidade de Desenvolvimento e Melhoria das Organizações (Udemo)

Coodenadora

Ivani Maria Bassotti

Comitê Gestor

Andrea Oliveira do Nascimento

José Augusto Souza e Silva Bianchini

Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap)

Diretor Executivo

Wanderley Messias da Costa

Diretor Técnico de Planejamento e Gestão Pública

Marcos Camargo Campagnone

Coordenação do Projeto

Fabio Jungmann Cardoso

Graziella Caleffi Silva Ramos

Revista do Prêmio Mario Covas

Coordenação Editorial

Flávio Ricci Arantes

Texto

Jurandyr Belli Passos

Edição e Revisão de Texto

Vera Zangari

Eloisa Pires

Projeto Gráfico e Edição de Arte

Helenice Alberto

Ilustração

Juhmco Hanada

sumário



4. Mensagem

5. Apresentação

6. Finalistas 2014

Categoria Inovação em Gestão Estadual

8. Casa nova, vida nova!

10. Remédio em casa, sem custo, nem fila

12. Ippon nas rebeliões em presídios

14. Prevenção e assistência humanitária em qualquer tempo

16. Retorno às origens

18. Protesto eletrônico em massa reduz a dívida sem protestos

Categoria Inovação em Gestão Municipal

20. Engenharia genética multiplica o financiamento municipal

22. Banana, peixe e vara de pescar

Categoria Cidadania em Rede

24. Sede de saber e fome de plantar

26. A vida recomeça aos 60

Categoria Governo Aberto

28. Cidade transparente, águas cristalinas

30. Educação na ponta do lápis. E do mouse.

Categoria Melhoria do Gasto Público

32. Economia de água: a nova atração do Zoológico

34. Apertado o cinto, viagens decolam e preços aterrissam

36. Memória

38. Linha do tempo

mensagem



Quando, em 2004, por iniciativa do governador Geraldo Alckmin, aconteceu a primeira edição do Prêmio Mario Covas, centenas de práticas que objetivam otimizar a efetividade do serviço público foram apresentadas, e assim vem sendo ao longo dos anos. No total, já completamos uma década de premiação, marcada por cases de sucesso e pela evolução na qualidade dos projetos.

O Prêmio Mario Covas tornou-se uma grande referência na sociedade, notável pelo crescente interesse apresentado a cada edição, sendo pelo número de inscritos, público participante e excelência dos trabalhos. No primeiro ano, por exemplo, participavam apenas servidores estaduais. Hoje, temos também gestores municipais, servidores e sociedade civil reunidos. Assim, todos ganham: Estado e população.

Uma excelente forma de incentivar o funcionalismo público é reconhecer aqueles que, na prática, exercem uma política justa. E, claro, termos a oportunidade de homenagear um dos políticos mais expressivos do Estado de São Paulo e do País.

A criação desta revista, fruto da ideia do Comitê Gestor do Prêmio, é mais um dos reflexos de tamanho sucesso. Ela será um dos canais de difusão e promoção das práticas inovadoras desenvolvidas, além de um resgate do que foi feito desde a primeira edição.

Nesse período, foram mais de 1,5 mil iniciativas inscritas e cerca de 130 coroadas como destaque em gestão pública. Desse modo, parablenho a todos que, de alguma forma, se envolvem com o Prêmio Mario Covas e seguem o grande exemplo desse estadista: primar pela otimização nos serviços oferecidos à população e pensar no bem-estar de todos como bem maior.

Que todas as conquistas alcançadas nesses 10 anos sirvam de motivação para avançarmos na busca de ainda mais benfeitorias para o Estado de São Paulo!

Waldemir Caputo, Secretário de Gestão Pública do Estado
Dezembro de 2014

Com a reforma da estrutura de governo em 1 de janeiro de 2015, as atribuições da Secretaria de Gestão Pública foram incorporadas por outras secretarias. A Unidade de Desenvolvimento e Melhoria das Organizações (Udemo) – responsável pela realização do Prêmio Mario Covas – passou a integrar a nova secretaria de Planejamento e Gestão, dirigida pelo secretário Marcos Antônio Monteiro.

apresentação

Estamos comemorando os dez primeiros anos do Prêmio Mario Covas!

O Prêmio é uma homenagem a todos os servidores públicos do Estado de São Paulo que se dedicam a construir um País cada vez melhor para toda a população. Ao longo de sua história, o Prêmio foi organizado pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap). Com a introdução da categoria Inovação em Gestão Municipal em 2011, passou a ter o apoio do Centro de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal (Cepam).

Além de reconhecer o mérito dos servidores que mais se empenham na transformação dos serviços públicos paulistas, o Prêmio Mario Covas tem outro objetivo igualmente importante: disseminar as boas práticas e incentivar sua reprodução.

Esta revista – um convite para conhecer melhor os premiados do décimo aniversário – também tem essas mesmas intenções, com uma ressalva: ela não é suficiente para descrever tudo sobre todos os projetos premiados ao longo de uma década de vida.

Acreditamos que você irá se entusiasmar com a determinação dos líderes que realizaram tudo isso, com a dedicação com que superaram as dificuldades e, sobretudo, com as soluções que encontraram. Algumas delas tão simples – mas eficazes – que alguém poderá se perguntar por que ninguém pensou nisso antes. Temos certeza que você ficará curioso para conhecer tudo a respeito dos demais projetos vencedores e detentores de menções honrosas.

A revista traz a descrição de todas as categorias do Prêmio e indicações para saber mais sobre cada um dos premiados de todos os anos. Na linha do tempo, ao final da edição, você terá uma ideia do desenvolvimento da premiação. Com esses dados em mãos, é possível descobrir como aquele problema que você está querendo resolver já foi resolvido por alguém que também já passou por ele.

Essa é a nossa vontade. Essa é a razão de ser do Prêmio Mario Covas. Se conseguirmos conquistar seu interesse, vamos nos sentir vencedores também.

www.premiomariocovas.sp.gov.br

finalistas

2014



Categoria Inovação em Gestão Estadual

Vencedores

- **Trabalho Técnico de Gestão Integrada de Organização Social e Administração Condominial em HIS** – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU)
- **Implantação de Programa de Entrega Gratuita de Medicamentos** – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
- **Equipe de Imobilização Tática (IT)** – Grupo de Intervenção Rápida (GIR) da Capital
- **Sistema Metropolitano de Defesa Civil – Casa Civil**
- **Núcleos de Mediação Comunitária na Mesorregião de São José do Rio Preto** – Comando de Policiamento do Interior 5 (CPI-5)
- **O Protesto Eletrônico das Certidões de Dívida Ativa como Instrumento de Gestão da Dívida Ativa** – Procuradoria Geral do Estado (PGE/SP)

Menção honrosa

- **Curso: Defesa Civil: a aventura** – Secretaria da Educação e Casa Militar
- **Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS)** – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”
- **Resgatando Marias** – CIC Oeste – Centro de Integração da Cidadania, programa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, parceria com a Base Comunitária de Segurança Panamericano da 2ª CIA do 18º. BPMM do CPA-M3 Comando de Policiamento da Zona Norte de São Paulo
- **Projeto Coletando o Bem** – Reciclagem / limpeza e triagem do lixo no Centro de Detenção Provisória (CDP) Itapeperica da Serra (SP)

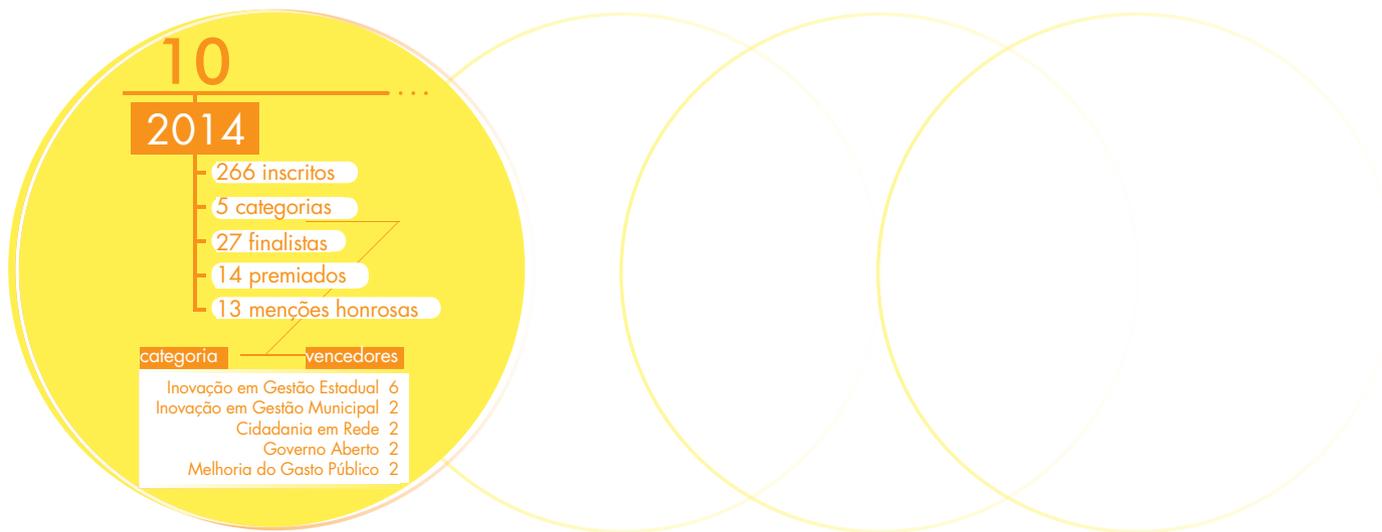
Categoria Inovação em Gestão Municipal

Vencedores

- **Seproij – Projetos, Convênios e Captação de Recursos** – Prefeitura Municipal de Capivari (SP)
- **Feira da Agricultura Familiar** – Prefeitura Municipal de Itanhaém

Menção honrosa

- **Centro de Operações e Inteligência da Guarda Municipal** – Prefeitura Municipal de Indaiatuba
- **Empreendedorismo e Geração de Renda na Promoção de Acessibilidade da Cidade São José dos Campos** – Prefeitura Municipal de São José dos Campos



Categoria Cidadania em Rede

Vencedores

- Mulheres Assentadas, Mulheres Antenadas – Acessa SP de Ilha Solteira
- Projeto Nova Era – Melhor Idade – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Menção honrosa

- Projeto Apae Online – Posto do Acessa São Paulo de Macatuba/SP

Categoria Governo Aberto

Vencedores

- Observatório Cidadão de Piracicaba – Imafloa, OAB, Pasca, Casvi, Florespi, Oscip Pira 21 e Unesp
- Qedu – Fundação Lemann / Meritt

Menção honrosa

- Radar Parlamentar – PoliGNU – Grupo de Estudos de Software Livre da Poli-USP

Categoria Melhoria do Gasto Público

Vencedores

- Sistema de Gestão Ambiental na Fundação Parque Zoológico de São Paulo – Fundação Parque Zoológico de São Paulo
- Sistema de Agenciamento Sistematizado de Viagens Corporativas – ARP Passagens Aéreas – Secretaria de Gestão Pública – Unidade de Desenvolvimento e Melhoria das Organizações (Udemo)

Menção honrosa

- Gestão de Recursos Hídricos no Complexo da Penitenciária Feminina de Sant’ana – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp); e Secretaria de Administração Penitenciária
- Informatização do Arquivo Morto – Escola Estadual Dona Idalina Macedo Costa Sodré
- Ampliação no Rol de Registros da Delegacia Eletrônica: a delegacia é virtual, mas o resultado é real – Polícia Civil; DGP/Dipol; e SSP
- Inovação na Assistência a Criança em Uso de Palivizumabe: uma economia viável – Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros (HMLMB)
- Desconto Adicional por Ganho de Escala – Dersa – Desenvolvimento Rodoviário S/A



Casa nova, vida nova!

Só muda o endereço. Ainda que a localização e o padrão de renda sejam diferentes, a vida em condomínio apresenta problemas semelhantes e comportamentos comuns em todo lugar. Desentendimentos entre vizinhos, disputas por vagas na garagem, espaço para as crianças brincarem, utilização do salão de festas, despesas de manutenção, investimentos em reformas, administração do caixa, prestação de contas e cobrança dos inadimplentes. Quem mora em condomínio já está acostumado com tudo isso. Nos conjuntos habitacionais da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU) não é diferente. A diferença é que, neles, não havia o apoio de uma administração eficiente, capaz de resolver tudo. Mas isso já começou a mudar, depois da implantação de um serviço de apoio e capacitação em administração condominial voltado aos moradores dos condomínios entregues pela CDHU.

“Esse projeto não é dos gestores da CDHU. Ele é dos moradores das habitações financiadas pela companhia”, considera Renato Colombo, superintendente de desenvolvimento social da empresa estadual de habitação paulista. “O papel dos gestores foi identificar as necessidades dos novos moradores que iam chegando e ajudá-los a se adaptar à vida nova que estava começando”, acrescenta. “Viver em condomínio todo mundo vive, mas a gente quer que todo mundo viva bem, feliz e alegre, como bons vizinhos”, resume Colombo.

A população que chega às casas novas construídas e financiadas pela CDHU tem as mais diversas origens, culturas e costumes. Eles podem vir de uma favela ou área de risco nas cidades. No interior, estão acostuma-

dos a ter quintal, horta, galinha, cachorro e até cavalo. Viver em apartamentos é uma mudança profunda na vida deles. Tudo é novidade: água encanada, válvula sanitária, chuveiro elétrico. Lixo! Como separar e onde colocar? “Se em bairros de classe média isso já é complicado, imagine em comunidades onde a escolaridade é baixa, e as pessoas não tiveram as mesmas oportunidades”, questiona.

Para que os moradores pudessem se adaptar às novas moradias, a CDHU teve de mudar também. O apoio à gestão dos condomínios era feito isoladamente das demais atividades de assistência oferecidas pela companhia habitacional. Em um dia vinham as assistentes sociais. Em outro, os advogados. Depois, a orientação condominial. Era muito trabalho e pouco resultado. Os moradores perdiam muito tempo, o contato era fragmentado, e isso gerava desconfiança. O projeto unificou tudo em uma pessoa só. “Para isso precisávamos reunir capacidades diferentes e prestar um serviço unificado. Para nós é uma coisa só”, define Colombo.

A solução foi licitar a contratação de um consórcio de empresas capaz de cuidar de todas essas demandas simultaneamente, pois não havia nenhuma capacitada a fazer tudo sozinha. Para começar foi feito um lote experimental abrangendo apenas o município de São Paulo e a Baixada Santista. Hoje, todo o Estado é atendido, dividido em sete áreas: quatro no interior, dois na Região Metropolitana da capital e um na Baixada.

O envolvimento dos moradores é uma das chaves para o sucesso. A transparência é outra. Os condomínios da CDHU contam com serviços que muita gente não tem onde mora: acesso direto à administração pela Internet, com identificação e senha. É possível ti-

rar dúvidas, fazer reclamações, solicitar serviços, emitir segunda via do boleto e conferir todas as contas do condomínio. Tudo acompanhado por eles próprios. *“A gente explica tudo sobre administração de condomínios. Se quiserem, podem até fazer a autogestão, mas nós não recomendamos porque pode ser arriscado para eles. Qualquer pessoa pode cometer um engano e acabar se comprometendo com recursos que não são dela”,* avalia Colombo. *“Nós preferimos orientá-los sobre como escolher uma boa administradora, fizemos até uma cartilha para isso, para que eles tenham segurança e consigam fazer uma boa gestão do condomínio”,* ressalta.

Para que isso fosse possível, foram identificadas as lideranças em cada conjunto. Com o envolvimento dos moradores mais capacitados e dedicados à comunidade, foram criadas atividades para todos, como o cine pipoca, shows de música, palestras sobre adolescência, sexualidade e drogas, dentre outras. Houve casos em que a comunidade decidiu comprar tinta e mesa de pingue-pongue para reformar todo o centro de convivência do conjunto.

As marcas dos costumes anteriores ainda estão visíveis nas paredes: pichações, vandalismo, ferrugem, garagens no lugar da quadra esportiva. O impacto do projeto é visível ao se comparar a situação dos antigos e dos novos condomínios.

“Nós ensinamos gestão de risco em todos os sentidos”, comenta Colombo. *“Como empinar pipas com segurança, sem usar cerol, longe da rede elétrica”,* exemplifica ele. Outro exemplo é como evitar o risco de inadimplência, problema comum em qualquer condomínio de qualquer faixa de renda. A solução foi conscientizar os condôminos sobre sua condição de proprietários do imóvel. Frequentemente eles ainda se viam na condição de inquilinos da CDHU, herança de uma situação passada, e não se sentiam respon-

sáveis pela conservação do imóvel. Com isso, eles se sentiram mais seguros para fazer pequenos reparos quando necessários, como consertar uma pia ou o chuveiro, uma vez que a CDHU oferece seguro de garantia da qualidade da construção aos moradores.

Os resultados, porém, não ficaram limitados aos muros do condomínio. Estudos realizados pela CDHU demonstram que a vida dos moradores dos 172 condomínios da Baixada Santista e Região Metropolitana de São Paulo, inicialmente atendidos pelo projeto, melhorou em todos os sentidos. O desempenho escolar das crianças, por exemplo, cresceu de 28% a 50% em quatro unidades avaliadas pela companhia. A avaliação de saúde obteve resultados semelhantes. O nível de ocupação no trabalho subiu de 20% para 39% nesses conjuntos.

Os índices de satisfação com a moradia, com o atendimento da CDHU aos condôminos e os índices de permanência, por sua vez, são ainda mais elevados: não ficam abaixo de 66% e atingem até 98%, conforme a unidade, para cada item.

Em Cubatão, a taxa de inadimplência no conjunto habitacional Rubens Lara foi reduzida a 16,6%, índice considerado baixo para habitações populares, o que também comprova a eficiência do projeto. Considerando-se que na Região Metropolitana de São Paulo o custo médio mensal de atendimento de cada família foi de 34 reais, as vantagens da iniciativa tanto para os moradores quanto para a empresa tornam-se evidentes.

Por tudo isso, a iniciativa não parou de crescer. Depois da primeira licitação em 2011, para as regiões da Grande São Paulo e da Baixada Santista, foi feita outra para o atendimento do interior do Estado em 2013. E a renovação do primeiro contrato está prestes a ser concluída.

Remédio em casa, sem custo, nem fila

O custo e a dificuldade de locomoção na Região Metropolitana de São Paulo levaram a uma explosão dos serviços de entrega em domicílio. Pizzarias, cartórios, supermercados e farmácias, ninguém escapou da febre do *delivery*. Os pacientes mais debilitados da farmácia do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo – o HC – não poderiam ser exceção. E não foram. Estava nascendo ali a conquista do terceiro Prêmio Mario Covas pela Divisão de Farmácia do HC: a entrega gratuita de medicamentos em domicílio. Na primeira edição do Prêmio, o atendimento nos balcões da farmácia já havia sido contemplado. Em 2009, a premiação foi para a gestão estratégica na produção de medicamentos.

“A primeira percepção sobre o projeto surgiu da necessidade de dar um atendimento mais humanizado aos pacientes”, revela Vanusa Barbosa Pinto, diretora técnica da divisão. Observando os tempos de espera na fila para retirada de medicamentos e o sofrimento que isso causava a pacientes e cuidadores, ficava claro que o atendimento não correspondia às expectativas de ninguém. Nem dos pacientes, nem dos servidores da farmácia. “Nós somos um hospital terciário, os pacientes daqui sofrem de doenças graves, com várias comorbidades, mais de 60% são idosos, a maioria sem cuidadores em casa”, explica Vanusa. “Foi então que começamos a pensar em como poderíamos acabar com as filas”, acrescenta ela.

O projeto começou pequeno. No início, atendia apenas os pacientes mais debilitados da neurologia e da geriatria, os mais idosos e os que possuem maior dificuldade de locomoção. Para entender melhor as necessidades deles e saber se tinham condições de receber os medicamentos em casa e usá-los adequadamente,

começaram a entrevistá-los durante o atendimento de entrega. “Até hoje a gente faz isso. Quando a gente percebe que um paciente não está usando o remédio corretamente – quando há sobra ou falta dele em casa – ele tem que retirá-lo aqui na farmácia para receber nova orientação, e só depois volta a receber em casa”, observa Vanusa.

Para que a humanização do atendimento aos pacientes fosse possível, foi necessário humanizar também a organização da farmácia. Cada receita é única e individual para cada paciente. Embalar cada uma delas é um trabalho industrial, que requer organização, precisão e pontualidade. Esse trabalho era feito na presença dos pacientes, por isso o atendimento demorava e causava filas. Para possibilitar a entrega em casa, ele teve que ser antecipado. Os pacotes são preparados 72 horas antes da entrega. Isso exigiu um investimento em informação e logística. Foi preciso montar um sistema de cadastro completo com o endereço dos pacientes, diagnósticos, receitas, prazos de entrega, datas de atendimento e duração prevista dos estoques fornecidos. As equipes de TI da Prodesp e da própria farmácia trabalharam em conjunto para isso.

Resolvido o problema do chão de fábrica, era necessário pensar também na logística. A produção precisaria ser escoada com segurança e precisão. E isso estava fora do ambiente controlado pela farmácia. A licitação desse trabalho foi a parte mais difícil do projeto. As exigências eram muitas: segurança, confiabilidade, pontualidade, cooperação, preço e até habilitação sanitária.

Encontrar um serviço de entrega que atendesse a todas essas exigências não foi nada fácil. Os Correios seriam a solução óbvia. Mas eles não entregam psicofarma-

delivery

cos, nem produtos conservados sob refrigeração, por exemplo, uma exigência fundamental para a farmácia do HC. O transporte de psicofármacos requer uma licença sanitária específica. Demorou mais de um ano.

Por isso foi preciso desenvolver o edital, não esquecer nada e não restringir a participação de nenhuma empresa interessada. A parte mais delicada foi interpretar a legislação. “Nós ainda precisamos aprender a escrever especificações de produtos e serviços, porque isso é crucial para você adquirir um bom produto, mesmo a legislação sendo rígida”, afirma Vanusa. A farmácia do HC estava acostumada a comprar remédios, ou seja, produtos. Contratar serviços foi uma novidade para eles. “Deixar a especificação de acordo com a legislação e com a qualidade de serviço pretendida ainda é um desafio muito grande para o serviço público” continua. “Eu acho que a [lei] 8.666 é mesmo burocrática, por isso o edital tem que ser muito bem feito e especificar bem o serviço necessário. Só que a gente ainda está engatinhando para alinhar a qualidade do produto com o preço”, opina. E questiona: “o que te impede de avaliar os produtos e serviços que está recebendo e, se necessário rescindir o contrato?”. Para concluir: “se eu estou comprando qualidade, eu tenho que exigir isso”.

Todo esse esforço de organização permitiu o desenvolvimento da segunda fase do projeto, que voltou a ser premiado: a entrega gratuita. Antes era cobrada uma taxa de entrega, de valor inferior ao custo da passagem de ônibus até a farmácia. A economia de escala, os ganhos de eficiência obtidos com a informatização e a redução do atendimento no balcão provocaram uma redução dos custos de operação suficiente para cobrir as despesas da entrega em domicílio. No fim das contas, todos saíram ganhando.

“Acredito que esse projeto teve bastante sucesso por-

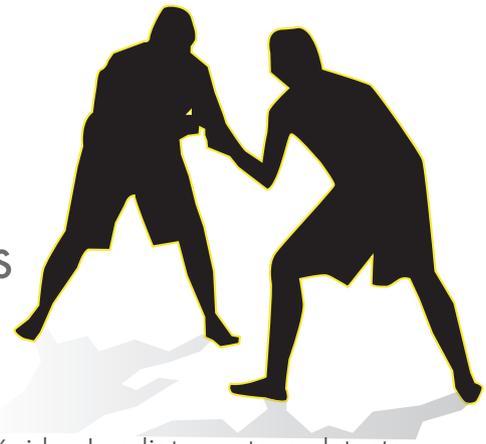
que já nasceu com as partes interessadas envolvidas e isso é uma das formas de se vencer”, considera Vanusa. A empresa contratada completou a equipe. “Sem a disposição para entender os nossos processos e criar soluções, nada seria possível”, completa. Segundo Vanusa, a colaboração da alta administração e do núcleo de infraestrutura e logística durante a redação do edital foi imprescindível para que tudo desse certo.

A receita do sucesso foi integrar toda a equipe de desenvolvimento do projeto com as equipes de TI. No começo, as reuniões com o grupo de TI eram semanais, apontando as necessidades e fazendo a simulação das etapas passo a passo. “Acho que essa foi a razão do sucesso, trabalhar em conjunto, não aceitar o prato pronto”, avalia Vanusa. “Essa é a fórmula que a gente tem com a TI e que tem dado muito resultado. É uma parceria, não pode ficar distante”, completa.

Parece óbvio, mas não foi. A licitação do serviço de entrega inclui também o apoio na embalagem e etiquetagem dos pacotes a serem entregues, que eram feitas exclusivamente pela equipe da farmácia. O atendimento presencial não exigia esses cuidados. Havia medo de demissões. Os médicos também tiveram que se adaptar à prescrição eletrônica. Eles precisam incluir as receitas no sistema.

A diretora da divisão de farmácia do HC acredita que o projeto tem potencial para ser replicado em diversas áreas, na Saúde e fora dela. Exames médicos, laudos, atestados e documentos – como já é feito com o IPVA – enfim, tudo que possa ser fornecido sem a necessidade de locomoção do cidadão. “Quanto menos o cidadão precisar se deslocar pela cidade, melhor. Não vai perder dia de trabalho. Isso é uma necessidade de todo mundo, inclusive dos nossos funcionários. Ser atendido perto de casa gera produtividade também para os serviços públicos”, encerra.

Ippon nas rebeliões em presídios



A contenção de rebeliões nos presídios paulistas sempre foi uma atribuição exclusiva da Tropa de Choque da Polícia Militar. Com a criação da Secretaria da Administração Penitenciária, foram instituídos os Grupos de Intervenção Rápida (GIR), que foram preparados, inicialmente, pelos próprios oficiais do 3º Pelotão de Choque da Capital.

Os GIR sempre seguiram – e ainda seguem – os protocolos herdados da Tropa de Choque. Inclusive as táticas, os equipamentos e as colunas especializadas de escudeiros e granadeiros. Mas havia situações típicas dos ambientes confinados dos presídios em que essa não era a melhor solução a ser empregada. Nos motins e nas grandes rebeliões de detentos, as táticas de domínio de massas eram adequadas. Nos eventos em ambientes restritos, não.

Foi num desses momentos que o GIR-4, da região da Capital, começou a adquirir personalidade própria. Frequentemente, os detentos desafiavam a autoridade do grupamento por não se tratar de uma força policial. Durante uma rebelião em 2004, um dos presos se recusou a acatar as ordens do comando e insistia em tentar agredir, ameaçar e desacatar o grupo, cujo equipamento, na época, era precário. Foi então que o agente Marco Antonio Dib e o comandante Saulo Matos consideraram que seria mais fácil dominar o detento usando, simplesmente, as técnicas de jiu-jítsu de que ambos eram praticantes.

O ataque foi rápido. Imediatamente o detento sofreu um ippon – golpe imobilizador – e foi dominado e algemado, sem qualquer ferimento. Os demais presos assistiram à cena entre assustados e admirados. Naquele momento, o GIR havia conquistado o respeito dos detentos e a admiração de seus superiores. “Mas nós não paramos por aí. Sem ter os mesmos equipamentos, sem efetivos e sem material, a gente começou a fazer esse tipo de trabalho”, recorda o comandante Matos. “Nós tínhamos muitos confrontos e percebemos que era possível dominar os presos sem machucar, sem usar balas de borracha”, explica.

Marco Dib – bicampeão brasileiro e mundial de jiu-jítsu na categoria esportiva, com e sem quimono – é docente dessa arte marcial na Escola Penitenciária. Depois daquele evento, ele e o comandante Matos foram conquistando apoios na Secretaria. Não havia espaço e equipamentos adequados para os treinos, nem muitos efetivos. A participação nos treinos era voluntária. Mas os resultados não deixavam dúvida, as resistências foram caindo, e o apoio, crescendo. Visitaram outros Estados, conheceram outras instituições e sempre traziam as novidades para testar e adaptar às condições locais.

“Eu me lembro muito bem, o Dib já era docente da escola, nós tirávamos as cadeiras da sala e colocávamos apenas as quatro placas de tata-

me que tínhamos para treinar e nada mais. Tudo o que a gente sabia e fazia era voltado para imobilizar o preso e tirá-lo de combate”, relembra Matos.

Testado e aprovado, o procedimento foi se impondo. Hoje, os imobilizadores compõem uma das equipes especializadas dentro do GIR, junto com os escudeiros, granadeiros e lançadores. E as técnicas de imobilização fazem parte do treinamento de todos os agentes de segurança penitenciária, de todas as funções, homens e mulheres. “Os imobilizadores participam de todas as nossas atuações”, garante Matos.

O GIR-4 atua em 28 presídios da Região Metropolitana de São Paulo. O número de rebeliões em presídios do Estado foi reduzido drasticamente. As intervenções podem ser rotineiras ou agendadas em caso de necessidade, a critério do diretor do presídio. Se o setor de inteligência detectar a necessidade de revistar todos os detentos, o GIR é chamado para dar segurança ao procedimento. A equipe está sempre pronta para agir, como o Corpo de Bombeiros. A Tropa de Choque praticamente não intervém mais, a menos que a situação seja muito grave. “Com isso ela ficou mais disponível para atuar nas ruas e fazer o verdadeiro trabalho de policiamento”, aponta o comandante.

O maior trunfo dos grupos de intervenção rápida é conhecer o sistema penitenciário por dentro. “Nossos membros são ex-agentes penitenciários que conhecem os presídios a fundo”, declara Matos. O GIR não é responsável por negociar com os presos, mas sabe perfeitamente como se comportar e o que dizer nos momentos certos. “É difícil um detento nos enganar”, afirma ele. “Não somos mais comparados com a tropa de choque, os presos nos respeitam da mesma forma”, complementa o comandante.

A prática das artes marciais trouxe outros benefícios ao ambiente da segurança penitenciária: a filosofia oriental da paz; e o emprego da violência somente como último recurso. “A preservação da vida é o primeiro mandamento da equipe de imobilização”, revela o campeão Dib. “Também adquirimos um controle emocional que nos permite manter a calma em situações de estresse”, acrescenta. Com isso, a equipe é capaz de evitar excessos de violência que possam ferir os detentos com gravidade. O grupo conta até com a presença de um socorrista para prestar assistência imediata aos eventuais feridos em caso de reações violentas. Esse cuidado é um detalhe que aumenta o respeito dos presidiários pelos agentes de segurança. “Eles sabem que não estamos lá só para reprimir, mas para garantir a segurança de todos, inclusive a deles”, comenta Dib.

A credibilidade alcançada pelo grupo vai além das grades. Para Dib, ela garantiu a estrutura e o apoio oferecidos pela direção da Secretaria da Administração Penitenciária. Em mais de dez anos de atuação não houve baixas em nenhum dos lados. Por sua experiência em eventos internacionais de segurança penitenciária, Dib estima que o GIR da Região Metropolitana de São Paulo é um dos mais ativos do mundo. Ainda assim, não conseguiu estabelecer um protocolo padrão para todos os demais, embora procure se aperfeiçoar a cada dia.

Quinze anos depois de ter sido treinado pela Tropa de Choque da Polícia Militar, o grupo de imobilizadores do GIR-4 não esconde o orgulho de ver seus colegas do Choque praticando as mesmas técnicas de jiu-jitsu no controle de manifestações de rua. “Nós treinamos muitas vezes com o pessoal do Gate, do COE e do Choque. É natural que eles aprendam com a gente e vice-versa”, acredita Dib.

Prevenção e assistência humanitária em qualquer tempo

Não adianta chorar sobre o leite derramado. A Defesa Civil na Região Metropolitana de Campinas (RMC) não poderia mais continuar correndo atrás do prejuízo. Era preciso ser mais proativa para reduzir os riscos ambientais, e mais humanitária para melhor atender às vítimas, quando necessário.

A RMC é formada atualmente por 20 municípios. Cada um deles possui uma Coordenadoria Municipal de Defesa Civil. Essas coordenadorias só começaram a ser integradas com a instituição da Câmara Temática de Defesa Civil em 2010. Algumas delas têm apenas um telefone, outras têm também uma viatura. As mais avançadas, em Campinas e Paulínia, contam com uma central de monitoramento. “No momento em que a câmara foi criada, começamos a analisar a situação de cada uma delas. O primeiro passo foi reorganizar a atuação dessas coordenadorias e classificá-las em níveis de complexidade e condições de funcionamento”, explica Sérgio Gomide Costa, diretor técnico da Agência Metropolitana de Campinas (Agemcamp), responsável pelo projeto.

Ao mesmo tempo em que reorganizava todo o sistema de defesa civil da RMC, a Câmara Temática ficou atenta para várias necessidades da região. A primeira foi instituir uma rede de alertas com um objetivo importante: trocar o paradigma de segurança pública vigente no funcionamento do sistema pelo conceito de assistência humanitária contido na Carta Humanitária da ONU. “A visão de segurança é mais reativa, e nós adotamos um padrão mais proativo”, justifica Costa. “Então pensamos na rede de alerta, um sistema de monitoramento que nos avisa com antecedência sobre riscos de acidentes ambientais”, acrescenta. Quando as chuvas enchem as represas além do limite de ca-

pacidade, os vertedouros eram abertos e provocavam inundações. A ideia era fazer com que essa ação, por exemplo, fosse mais proativa do que reativa. Para isso foi necessária a mudança de uma lógica de segurança pública para a de proteção civil.

Em caso de desastres ambientais, a Carta Humanitária da ONU estabelece normas de procedimento com relação ao fornecimento de água e saneamento, nutrição, alimentação, abrigo e cuidados médicos. Esse novo paradigma de prevenção passou a exigir também melhor planejamento das ações de socorro. Quando necessário, as coordenadorias municipais deveriam ter instrumentos e pessoal treinado para a assistência humanitária.

Assim, elas começaram a ser padronizadas também para o socorro humanitário. “Essa foi uma mudança invisível”, observa Costa. Com a adoção dos padrões da ONU, as coordenadorias, aos poucos, foram sendo preparadas – por meio de portarias ou decretos – para assumir esse papel de maneira uniforme. “Nós notamos que a mudança de paradigma não era suficiente, era preciso integrar os sistemas”, revela o diretor técnico da Agemcamp. A integração das coordenadorias tornou todo o sistema metropolitano de defesa civil mais ágil, rápido e eficiente.

Dessa forma, surgiu o Sistema Integrado Municipal de Defesa Civil. Ou seja, as coordenadorias municipais de defesa civil foram integradas, dentro de um mesmo município, a toda sua estrutura de serviços públicos, como os de assistência social, segurança, saúde e Corpo de Bombeiros. Toda a estrutura administrativa foi oficialmente interligada. Ou seja, em uma situação de desastre, tornou-se possível acionar todos os recursos disponíveis em pouco tempo. O sistema mu-

nicipal tornou os municípios aptos a se proteger em conjunto, com maior coordenação gerencial e treinamento uniforme das equipes.

A mudança de paradigma induziu a criação de um novo ambiente que integrasse definitivamente toda a região. Para isso era necessário planejar em conjunto. Foi então que surgiu o projeto do Sistema Regional de Defesa Civil, que, na realidade, funciona como um Sistema Metropolitano. Com o projeto, foi possível equipar as defesas civis locais com uma estrutura adequada às necessidades de cada uma delas: instalações, viaturas, computadores, câmeras, sistemas de comunicação.

Como resultado, a assistência humanitária na região tornou-se independente. As coordenadorias de defesa civil e os representantes dos municípios passaram a se articular entre si sem depender da intermediação da segurança pública. São pessoas que executam suas tarefas com uma visão de prevenção e assistência humanitária. Na iminência de um desastre, já estão trocando informações com os dados em mãos, como índices pluviométricos e de umidade relativa do ar, que são também divulgados em um portal especialmente desenvolvido para alertar toda a população. Com esse volume de informações e conexões entre os municípios, foi preciso criar uma estrutura administrativa e operacional.

A região passou a ser monitorada por duas salas de situação, em Campinas e Paulínia. Cada uma delas coordena dez municípios em suas áreas de maior influência. O sistema conta com o apoio científico e tecnológico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), da USP de São Carlos; do Instituto Agrônomo de Campinas; e do Instituto Geológico, dentre outros órgãos técnicos que fornecem informações e treinamento ao pessoal da defesa civil.

Com os dados em mãos e a estrutura funcionando, foi



possível colocar as informações climáticas a serviço da saúde pública. Assim foram montadas as operações verão – quando chove muito e há riscos de inundações e deslizamentos de solo – e estiagem – quando o ar fica seco e provoca incêndios, falta de água e problemas de saúde. As consequências da estiagem são menos visíveis, mas não menos graves. **“Deslizamento de terras é uma cena impressionante, mas a estiagem provoca danos imperceptíveis e silenciosos”**, observa Costa. Há todo um trabalho de comunicação para transformar os relatórios em informação, tanto para a população quanto para os bombeiros e os órgãos técnicos. Incêndios urbanos, por exemplo, são mais frequentes do que em áreas rurais. Com a ajuda do Corpo de Bombeiros e de estudos da Unicamp sobre a distribuição de incêndios em áreas de preservação ambiental, foi possível mapear as probabilidades de ocorrência e treinar brigadas para o combate inicial a incêndios capazes de tomar as primeiras providências antes da chegada dos bombeiros.

A RMC está se preparando para participar da Conferência Mundial sobre Redução de Desastres (WCDD), formada por 168 países, em Hyogo, no Japão, com objetivo de reavaliar e definir as estratégias da campanha e compor um novo marco de ações mundial para os próximos anos.



Retorno às origens

Acidentes de trânsito sem vítimas, conflitos de família e vizinhança, ameaças e perturbação do sossego. Os casos mais comuns de ocorrências policiais não são aqueles que abarrotam as páginas dos jornais.

Tudo começou em Londres, em 1829, com a criação da Metropolitan Police Force. A revolução industrial havia causado uma grave crise econômica na Inglaterra vitoriana. A pobreza e a criminalidade eram elevadas. O primeiro-ministro Robert Peel decidiu, então, criar uma instituição pública para a contenção do crime, que hoje o mundo inteiro conhece como Polícia. Os primeiros policiais foram apelidados de *Bobbies*, mesmo apelido do primeiro-ministro. Eles não portavam armas, e a maioria deles permanece assim até hoje. Sua principal função era simplesmente percorrer as ruas, conhecer a comunidade e interceder para evitar conflitos e crimes, nessa ordem. Pois desde aquela época está provado que os crimes crescem mais onde há mais conflitos sociais.

O coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo Azor Lopes da Silva Junior pode ser considerado um dos muitos discípulos de Lord Peel. No comando do Policiamento do Interior em São José do Rio Preto, o coronel Silva – mestre em Direito e doutor em Sociologia – foi o responsável pela criação dos Núcleos de Mediação Comunitária da Mesorregião de São José do Rio Preto, cujos conceitos são idênticos aos adotados por Lord Peel ao inventar a Polícia moderna.

Silva é um estudioso da mediação comunitária desde os tempos em que era major da PM. Participou do Curso de Promotores de Polícia Comunitária oferecido pelo Ministério da Justiça. “Os termos se confundem: mediação de conflitos, mediação comunitária e polícia comunitária”, explica o coronel. Ele estudou o Balcão de Direitos – uma experiência da ONG Viva Rio em 1997 que desapareceu; e outra do Ceará, que perdura até hoje. Mas com a ressalva de que, no Ceará, a mediação é conduzida pelo Ministério Público. “Nada contra o MP, mas eles não têm a capilaridade que a Polícia possui. Por isso, até hoje só há poucos núcleos de mediação funcionando lá”, esclarece.

Tudo ficou no plano puramente acadêmico até Silva ser promovido a coronel e assumir o 5º Comando do Interior. Somente então ele pôde tirar seus planos – e seus conhecimentos – do papel. Como comandante, saltou da teoria à prática e imediatamente começou a articular os poderes executivo, legislativo e judiciário locais preparando o terreno e criando condições para implantar os núcleos de mediação em toda a região do 5º Comando, que abrange os municípios de São José do Rio Preto, Catanduva e Fernandópolis. “Era preciso conquistar apoios para dar consistência ao projeto, não para fazer propaganda”, afirma. “Procurei contagiar as lideranças locais no sentido de evitar uma oposição desqualificada posteriormente, como ocorreu no Rio e no Ceará”, justifica.

Ao mesmo tempo em que articulava os apoios superiores, o coronel começou a preparar a tropa. A partir de agosto de 2012, organizou os processos, treinou mais de 2.300 soldados e oficiais da região, e normatizou os procedimentos, para que eles fossem iguais em todos os núcleos. Mais de 300 policiais foram habilitados a atuar como mediadores por meio dos cursos a distância de Mediação de Conflitos e Mediação Comunitária, promovidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Os padrões de atendimento foram definidos por nota de instrução para todos eles.

Um ano após, foram inaugurados, um a um, 101 núcleos de mediação em 96 municípios do noroeste paulista. Inaugurou-se, então, uma nova forma de se encararem os conflitos sociais cotidianos. “O referencial da segurança pública é fortemente arraigado numa postura burocrática e jurídicista que considera o boletim de ocorrência como o fim do atendimento policial”, considera o coronel Silva. Ele acredita que romper com esse costume por meio da mediação de conflitos é a melhor maneira de evitar que eles continuem se avolumando e permitir que os órgãos de polícia judiciária, livres do acúmulo de rotinas burocráticas, possam se dedicar melhor ao combate dos delitos mais graves, sobretudo os praticados pelo crime organizado.

“Se bem preparados, os policiais conseguem cumprir com sua função cotidiana, que é interagir com os envolvidos em qualquer ocorrência policial, e tentar intermediar uma solução dentro de uma perspectiva de cultura de paz”, avalia o coronel Silva. “O grande problema que a gente enfrenta é como replicar em outras regiões”, adverte. Para ele, além da burocracia do Estado, há uma cultura jurídica arcaica. O próprio Conselho Nacional de Justiça recomenda a mediação e já a normatizou, dando a segurança necessária para aplicá-la sem medo de invadir as competências do judiciário.

“Na verdade, fazendo a nossa parte, estamos ajudando o Poder Judiciário a cumprir seu papel”, completa. Ele observa que o papel da PM é manter a ordem pública, evitar os conflitos sempre que possível e, quando necessário, resolvê-los. Os casos mais simples de briga entre vizinhos podem se transformar em grandes tragédias. Atuando na hora adequada, com um protocolo de ação bem conduzido, é possível reduzir a demanda à justiça e, assim, permitir que ela se concentre nos crimes mais graves. “Essa é a essência da atividade policial em qualquer lugar do mundo”, compara.

Um exemplo clássico são os “pancadões” – música tocada em alto volume nas ruas de São Paulo. As ocorrências de perturbação do sossego estão entre as mais comuns e frequentemente evoluem para situações mais graves. Os chamados ao Copom crescem à noite, sobrecarregando o serviço. Diante da gravidade dos outros chamados, esses casos são deixados de lado. “As pessoas desistem de reclamar e o conflito se deteriora em violência. São esses casos que viram manchetes”, observa o coronel Silva.

A obtenção do Prêmio Mario Covas foi o troféu com que o coronel Silva se despediu da ativa. Ao decidir inscrever o projeto no concurso, sua intenção foi consolidá-lo como uma boa prática, que poderia desaparecer em uma única penada, pois havia resistências no âmbito jurídico a que a Polícia Militar exercesse o papel de pacificação de conflitos, que foi confundido com o papel de conciliação entre as partes, este sim atribuição exclusiva do Poder Judiciário.

Inegavelmente, a implantação dos núcleos de mediação comunitária da Mesorregião de São José do Rio Preto é decorrente do alto nível de formação acadêmica do coronel Silva. Para ele, porém, “o grande barato” é exatamente a transformação da teoria em prática.

Protesto eletrônico em massa reduz a dívida sem protestos

Mais de 700 mil certidões da dívida ativa já foram enviadas a protesto eletrônico desde dezembro de 2012, quando a Subprocuradoria Geral do Contencioso Tributário-Fiscal, da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE), implantou o módulo de processamento eletrônico de protesto dos títulos da dívida ativa. Dentre esses, menos de 0,1% chegou a ser contestado na Justiça, quase sempre por divergências sobre a propriedade do veículo em cobranças de dívidas do IPVA.

Apenas em seu primeiro ano de funcionamento, o protesto eletrônico da dívida ativa provocou a liquidação de 29,6 mil certidões, gerando uma arrecadação de 28 milhões de reais para o Estado. A média de certidões pagas mensalmente foi de 16,39%, mas a previsão é de que alcance de 30% a 35% dentro de um ano, valor muito superior ao 1,4% alcançado pela cobrança manual e individual. “Quanto mais antiga a dívida, maior

perssoais”, esclarece ele. Dessa forma, a arrecadação tende a crescer com o tempo.

Embora pareça simples, não foi nada fácil – e muito menos rápido – chegar a esses resultados. Antes de tudo, foi preciso trabalhar intensamente durante muitos anos para que as certidões da dívida pública pudessem ser levadas a protesto. Depois, foi necessário construir o módulo de processamento eletrônico, para que a cobrança pudesse ser feita em massa, já que o número de inscritos no cadastro da dívida ativa do Estado é muito grande.

Primeiramente, a briga foi na própria Justiça. O Código de Processo Civil considera que os títulos extrajudiciais podem ser levados a protesto, e esse é exatamente o caso das certidões da dívida ativa. Mas nem todos estavam de acordo. A Fiesp impetrou mandado de segurança na justiça contra essa iniciativa, que vinha sendo feita manualmente desde 2003, com baixa produtividade. Somente em 2010 o mandado foi julgado – sem decisão de mérito – e com isso a subprocuradoria decidiu reiniciar o protesto de dívidas com maior eficiência. Para tanto, deu início à implantação do seu módulo eletrônico de protesto de certidões, com o apoio da Prodesp e a parceria do Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil (IEPTB), que faz a distribuição dos protestos aos cartórios. Foi preciso compatibilizar os sistemas utilizados nas duas pontas – PGE e IEPTB – para que eles pudessem atuar

liquidação de certidões

29,6 mil

arrecadação
28 milhões
para o estado

a probabilidade de pagamento”, explica Eduardo José Fagundes, subprocurador do Contencioso Tributário-Fiscal. “Os devedores postergam o pagamento da dívida até serem obrigados a pagar por conveniências



em conjunto, com tudo certificado digitalmente, para garantir a legalidade dos processos.

No início, foi preciso testar as possibilidades do sistema e a reação dos contribuintes. “Não adiantaria enviar 100 mil débitos e gerar 100 mil ações contrárias”, revela o subprocurador Fagundes. A intenção do protesto é reduzir as disputas judiciais, que tornam os processos mais caros para ambas as partes.

Foram então selecionadas aleatoriamente 100 dívidas ativas, divididas em dois lotes de 50 grandes débitos de ICMS e de IPVA. Para o ICMS, houve um índice de contestação judicial de 48%. “Verificamos que não seria interessante continuar nesse momento, para não gerar uma litigiosidade alta”, justifica o subprocurador. “Quanto ao IPVA, houve o pagamento de 20% dos títulos de carros importados de alto valor e não houve uma única contestação judicial. Zero!”, acrescenta ele. Foi assim que o IPVA foi escolhido como mais adequado para o início do processamento eletrônico dos protestos das certidões da dívida ativa.

Em dezembro de 2012, havia 11,2 milhões de processos executivos fiscais em andamento na justiça estadual, equivalentes a 56,5% de todos os processos existentes. Somente no período de janeiro de 2011 a julho de 2013 – apenas dois anos e meio –, a Procuradoria Geral do Estado ajuizou 450 mil execuções fiscais, equivalentes a um total de 52,4 bilhões de reais. Segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), a duração média de uma execução fiscal promovida pela Fazenda nacional é de dez anos. O mesmo estudo indicou que a execu-



ção fiscal só se paga se a dívida for superior a 21,7 mil reais. O valor médio das dívidas, no entanto, é de apenas 5,6 mil reais.

Esses dados demonstram a dificuldade operacional e, frequentemente, a inconveniência de se promover a cobrança judicial. O protesto eletrônico resolveu os dois problemas ao mesmo tempo. De um lado, tornou o processo mais ágil e produtivo para os procuradores. De outro, buscou reduzir a litigiosidade – que é cara para ambas as partes –, apoiando-se na necessidade de o devedor voltar a ter acesso ao crédito mais cedo ou mais tarde. “Quanto mais antiga a dívida, maior a probabilidade de ela ser paga”, revela Fagundes. Foi assim que São Paulo conseguiu resolver o problema das pequenas dívidas com o fisco, que, somadas, atingem cifras vultosas. Por esse motivo, o subprocurador acredita que os resultados obtidos irão melhorar ainda mais nos próximos anos. O tempo corre a favor do fisco estadual.

A maior dificuldade para a implantação do projeto foi de ordem jurídica, portanto. Superados os entraves nos tribunais que impediam o desenvolvimento do projeto, o procurador geral do Estado de São Paulo, doutor Elival da Silva Ramos, pôde informar aos demais integrantes do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal os resultados obtidos com a instituição do protesto eletrônico. Desde então, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo já recebeu visitas de diversos procuradores de outros Estados interessados em conhecer o funcionamento do sistema.

Engenharia genética multiplica o financiamento municipal

Capivari quase perdeu o repasse de cinco milhões de reais para a reforma de sua arena multiuso inaugurada em 30 de janeiro último. Esse é um risco bastante comum em muitos municípios. Para evitá-lo, a Prefeitura Municipal de Capivari criou, em 2011, a Secretaria de Projetos, Convênios e Captação de Recursos (Seproj), no intuito de conter a dispersão e a perda de controle sobre os processos de financiamento externo dos projetos municipais. Com a secretaria, a prefeitura ganhou uma equipe de profissionais exclusivamente especializados nessa tarefa imprescindível para a captação de recursos e acompanhamento da execução de convênios. Durante um ano e meio, a Seproj treinou duro e acertou a troca de passes com o Desenvolve São Paulo – a agência de financiamento do governo paulista –, para que o time da casa marcasse mais um gol com a inauguração do estádio, em 30 de janeiro de 2015.

A inovação em gestão no município não se restringiu à gestão da nova secretaria. Ela envolveu também uma espécie de sequenciamento do código genético dos convênios, desde a concepção até o crescimento e o encerramento. Depois das propostas da bacharel e mestre em engenharia genética Christiane Ananias – assessora de convênios da Secretaria –, os projetos aprovados não pararam de crescer e se multiplicar em Capivari.

Além de engenharia genética, Christiane tem formação em comunicação social e gestão pública. Foi também funcionária do banco HSBC, onde adquiriu experiência em gestão financeira. O prefeito criou a secretaria para

centralizar essa atividade, mas não havia um sistema eficiente de gestão dos projetos. Ela então resolveu inovar, a proposta foi aceita, e deu certo.

“No ano passado, nós captamos quase 72 milhões de reais, valor próximo ao das transferências constitucionais que o município recebe dos governos estadual e federal”, revela Christiane. Ou seja, a Seproj praticamente dobrou o orçamento do município, contando apenas com uma equipe de seis pessoas.

Antes disso, o relacionamento da secretaria com os órgãos financiadores era precário. Os processos ficavam espalhados, não havia controle e os prazos eram perdidos. Os recursos, portanto, também se perdiam. Hoje não há mais atrasos nem devolução de contas prestadas. “Se você não presta contas, você não consegue o benefício”, explica a gestora. “Um dos convênios do município, iniciado em 2007, atravessou três administrações, e só foi aprovado em 2014”, completa.

O que mudou nesse período, então? Para a engenheira Christiane, foi a especialização. “Nós sabemos o que fazemos. Sabemos como a Caixa [Econômica Federal] trabalha e o que as secretarias do Estado exigem. Em um ano, resolvemos um problema que já durava sete. Isso nos dá credibilidade”, afirma. “Os deputados apóiam os projetos de Capivari, porque sabem que não vão ficar parados. É bom pra eles e pra nós também”, ressalta ela.

A Seproj não se limita ao acompanhamento de projetos. Ela também faz propostas e capta recursos para

sua execução. Para isso, criou um banco de projetos. Esse é um trabalho de uma equipe toda, mas o toque da engenheira genética está sempre lá. O prefeito acha importante saber onde está faltando luz, asfalto, ele quer saber tudo. A secretaria faz um levantamento de todas as necessidades, mas não se limita a uma lista, faz projetos para cada uma delas e monta o que ela chama de banco de projetos. Quando surge o recurso certo para eles, o projeto já está pronto para ser apresentado. “Já está tudo pronto, orçado, eu sei onde está a necessidade e vou buscar o recurso específico para aquilo”, resume. A Secretaria de Planejamento se encarrega do projeto técnico e do orçamento, mas não está mais dando conta do recado. “A gente quer uma empresa especializada em fazer os projetos executivos exigidos pelos órgãos de financiamento. Eu preciso de gente competente e capacitada para fazer esses projetos. Todas as prefeituras têm esse problema”, revela.

Com uma equipe tão reduzida, seria razoável imaginar que a Seproj contasse com recursos avançados de informática para elevar a produtividade. Muito ao contrário. Todo o acompanhamento de propostas, convênios e projetos é feito simplesmente com o auxílio do bloco de notas OneNote, incluído no pacote Windows para os órgãos públicos, e nada mais. Nem sequer os recursos das planilhas eletrônicas foram utilizados. “A gente nem sabe mexer no Excel”, confessa ela. Mas isso também deverá mudar em breve. Os “meninos” da equipe de informática da Seproj já estão desenvolvendo um novo programa feito sob medida para as necessidades da secretaria. Segundo Christiane, o sistema utilizado pela Caixa Econômica foi criado por um funcionário do banco. Ela imagina que um dia o novo sistema da Seproj possa ser utilizado por outras prefeituras.

Com a informação certa em mãos, a equipe da Seproj vai a Brasília e consegue quase tudo que precisa. Chega com o projeto pronto, tudo orçado e detalhado. Sabe a quem pedir, quanto e como. Na volta, é preciso

manter um bom relacionamento com as demais secretarias. “Ninguém sabe quem está por detrás, a gente está nos bastidores. Nós somos uma secretaria intermediária, né?”, questiona Christiane. Ela investiu nesse relacionamento até conquistar credibilidade suficiente para contar com o respaldo dos demais secretários. Afinal, “trata-se das necessidades e dos orçamentos das secretarias que eles dirigem”, justifica.

Segundo a assessora de convênios, a estrutura montada em Capivari é suficiente para municípios de até 300 mil habitantes que tenham dificuldade em administrar convênios de financiamento público. Os prefeitos devem buscar formar uma equipe competente e comprometida com a administração e o bem da cidade. E abrir espaço para ela trabalhar, fazer projetos, captar recursos e se relacionar com os políticos encarregados das emendas orçamentárias e com os órgãos de financiamento.

Foi assim que Capivari obteve 3 milhões de reais do Fide para a revitalização do córrego da cidade. A verba de 250 mil reais para a construção do Centro de Integração Esportiva e Social, concedida em 2012, quase foi perdida por falta de andamento do convênio. Para a equipe da Seproj, esse foi o momento da virada no placar, que possibilitou fazer a reforma do estádio e muito mais.

O tamanho do município importa para dimensionar os recursos necessários. Em Capivari, a equipe é formada pelo secretário, dois assessores de convênios, dois assistentes deles e dois gestores de convênios. Todos capacitados, de acordo com suas funções, pela Caixa Econômica e pelo próprio Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), do Ministério do Planejamento, por intermédio da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). “A gente não paga curso pra funcionário, a gente vai pra Caixa e ela banca”, conta Christiane. “Hoje a Seproj é muito técnica, mas ainda mais humana. As pessoas fazem por que gostam. Isso você não acha em qualquer prefeitura”, encerra.





Banana, peixe e vara de pescar

Itanhaém tinha dinheiro em caixa para alimentar as crianças das escolas públicas e as famílias carentes. Mas não tinha produção de alimentos suficiente para comprar. O município só produzia bananas, adquiridas por atravessadores, que levavam a produção embora e ditavam o preço. Em 2008, a prefeitura do município resolveu utilizar os recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Ministério do Desenvolvimento Social, para estimular a produção da agricultura local. A resposta foi imediata, e, em pouco tempo, apareceu outro – bom – problema: a produção cresceu tanto, que foi preciso comercializar o excedente.

Pensando nessa demanda, surgiu a ideia das feiras da agricultura familiar. “As feiras vieram da necessidade de estimular a produção dos pequenos agricultores, colocando-os em contato direto com os consumidores; e eliminar os atravessadores”, segundo Luciana Melo, gestora de segurança alimentar da Prefeitura de Itanhaém.

O município já havia tentado criar um grande mercado local antes. Isso, porém, não foi suficiente para agregar os produtores locais. Vieram produtores de fora, que acabaram tornando-se atravessadores dos agricultores locais. Faltava até oferta de produtos caixaras tradicionais, que haviam desaparecido do mercado, como tapioca e farinha de banana, por exemplo. O processamento da banana é antigo em

Itanhaém, mas acabou sendo esquecido, bem como a produção de palmito pupunha, que foi reativada. “Acho que isso foi um dos grandes diferenciais para o projeto dar certo”, avalia Luciana. Existia um diagnóstico prévio de que a solução seria estabelecer um contato direto do produtor com o consumidor, proporcionando um preço mais justo para os dois.

O sucesso superou as expectativas e, hoje, o município não precisa mais concorrer aos editais do PAA. Graças ao bom desempenho, Itanhaém foi premiada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e passou a receber os recursos anualmente.

Outro efeito do projeto foi o aumento da autoestima dos agricultores, devido à integração com a sociedade e à participação na associação dos produtores. Isso foi fundamental para uni-los, ajudar na gestão do agronegócio e formalizar suas atividades perante o Poder Público, com incentivo à diversidade da produção. “Eles se assumiram enquanto produtores. Esse foi um ganho inestimável”, considera Luciana. Outro resultado importante foi trazê-los de volta à sociedade. Com a feira, eles passaram a se sentir cidadãos de fato do município, interagindo com as pessoas, falando com as comunidades, recebendo visitas de estudantes e participando do comércio local. E passaram a ser reconhecidos pela associação comercial da cidade. Itanhaém é uma cidade turística do litoral paulista, e os pedidos dos restaurantes



locais não demoraram a aparecer. Hoje, os feirantes recebem os pedidos na feira e até por e-mail. Eles criaram um blog e um perfil no Facebook para promover seus produtos. “O acesso à tecnologia da informação constitui um capítulo à parte do projeto”, observa Luciana.

A banana, que começou como vilã, revelou-se uma importante aliada. Com a diversificação da produção, ela perdeu uma participação no mercado de 90% para 60%, mas continua sendo o produto comercialmente mais importante, por uma boa razão: a fruta é altamente nutritiva e pode ser processada e consumida de diversas maneiras. A desidratação permite a produção de banana-passa e de farinha de banana-verde, que foi incorporada à merenda escolar, pois ajuda a combater a obesidade infantil.

Depois de resolver tudo isso, eles poderiam escrever um livro. E foi o que fizeram: publicaram um livro de receitas das famílias. Por enquanto, só as de cozinha, porque as de negócios ainda não foram contadas. Alguns detalhes, contudo, já são conhecidos. A agricultora Patrícia Ricomini conta que há quatro anos produzia apenas banana no pequeno arrendamento de dois hectares que cultivava. Depois passou a plantar mandioca, abóbora e outros produtos; a perda de

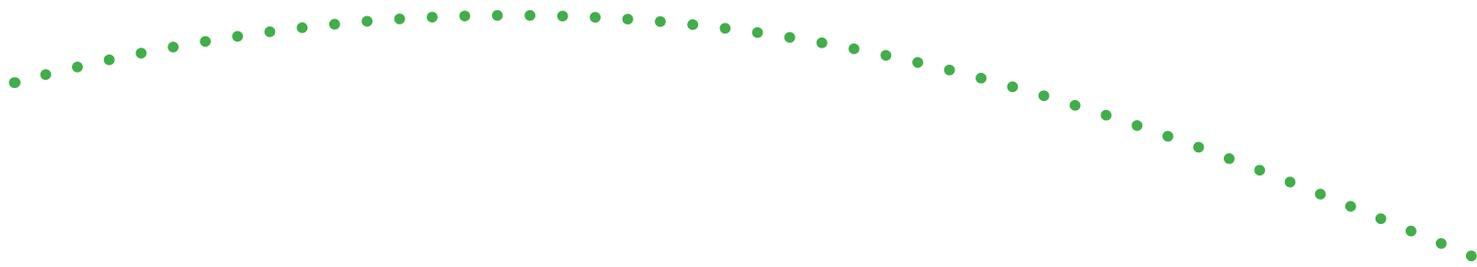
banana, todavia, era grande. “Hoje eu tenho uma desidratadora e produzo banana-passa e farinha de banana-verde”, revela. “Como eu gosto de pesquisar na Internet, aprendi a fazer doces em conserva e, com isso, reduzi ainda mais as perdas e aumentei os ganhos”, acrescenta.

As receitas de Itanhaém não vêm só da terra. Nas areias das praias em que José de Anchieta escrevia seus poemas, os pescadores – como os agricultores – aprenderam a pescar. Além de fornecer à Prefeitura, 12 famílias ganharam pontos de venda direta de pescado fresco ao consumidor nas praias de cidade. “Antes não tinha onde ficar, limpar o peixe e atender o freguês”, conta o pescador Alex Crepaldi. “Com o aumento das vendas, pudemos investir em equipamentos, e a produção aumentou também”, diz.

O próximo passo será a instalação de uma unidade de produção de carne de pescado separada mecanicamente, com apoio do Instituto de Pesca de Santos, da Secretaria da Agricultura do Estado, e do Ministério da Pesca. A medida deverá beneficiar os produtores locais e abastecer de peixe fresco as escolas. “Itanhaém não vai importar peixe processado do Chile nem do Alasca para alimentar seus estudantes”, avisa Luciana. “Vai comprar aqui mesmo”, promete.

➤ mais informações em <http://feirapopulardeitanhaem.blogspot.com.br/>





Sede de saber e fome de plantar

As mulheres dos antigos assentamentos de Estrela da Ilha e Santa Maria da Lagoa, em Ilha Solteira, costumavam procurar o posto do ACESSA-SP na cidade para utilizar seus computadores públicos e acessar a Internet. Ana Luiza de Souza, monitora projetista do posto, não demorou a descobrir como ajudá-las. Graças à colaboração entre o ACESSA-SP local e o Centro de Referência de Assistência Social da cidade – que fazia visitas constantes aos assentamentos – Ana já conhecia as necessidades do grupo.

“Eu tenho uma filosofia bem forte no ensino da Informática, que é mostrar o uso das ferramentas com conteúdo significativo”, declara. Assim, ela buscou mostrar às mulheres dos dois assentamentos, como e onde a informática e a Internet poderiam ajudá-las, seja no campo ou nas suas vidas pessoais, aplicando essas ferramentas e trazendo soluções.

Como as participantes do projeto tinham atividades semelhantes e dependiam do apoio de órgãos públicos, Ana primeiramente ensinou a utilizar os proces-

sadores de texto. Mas não só: propôs que elas produzissem textos sobre “a importância e a evolução das mulheres”. Em seguida, introduziu a utilização do correio eletrônico e possibilitou que elas se comunicassem com os serviços de apoio à agricultura familiar, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Estado da Agricultura. E quando elas começaram a pesquisar e navegar na Internet, conheceram os sites onde poderiam comprar sementes, obter informações sobre agricultura, prestar contas e consultar os agrônomos. Em pouco tempo, elas já se dirigiam a eles com perguntas prontas, como muita gente faz hoje quando vai ao médico após uma pesquisa no Google.

A apresentação da Nota Fiscal Paulista foi acompanhada do cadastramento de todas elas no sistema, e seguida de uma preleção sobre os direitos e os deveres fiscais dos cidadãos.

Com o tempo, as atividades foram se multiplicando e se enredando. O projeto foi descoberto pela pesquisadora Cátia Regina Muniz, da Unicamp, que realiza-



va uma pesquisa de pós-doutoramento. Em uma aula sobre comunicação via Internet, as alunas conheceram Cátia e o Skype, simultaneamente, e ficaram encantadas com ambos.

O encontro de Ana e Cátia ocorreu por meio do blog da rede de projetos do ACESSA SP. Lá, ela documenta tudo. Todos os passos do projeto e todas as atividades são compartilhados no blog com o Brasil inteiro.

A primeira fase do projeto já foi encerrada. Foram formadas duas turmas. No momento, Ana está iniciando outro projeto com as mulheres antenadas dos assentamentos, direcionado à captação de recursos. Elas queriam pedir ajuda ao programa do Luciano Huck para reformar a padaria comunitária, que está bem debilitada.

“Como eu pretendia apresentar o *crowdfunding* – captação de recursos pela Internet –, pensei em aproveitar a ideia para ensiná-las a fazer um projeto de financiamento coletivo para a reforma da padaria”, explica Ana. Como sempre, ela não desiste de juntar a fome com a vontade de comer.





A vida recomeça aos 60

O crescimento da população brasileira acima de 60 anos vem se mantendo firme e constante. Na Baixada Santista, porém, os índices são ainda maiores. Enquanto a população nessa faixa etária cresceu 43,84% no Estado e 41,65% no Brasil, entre os censos de 2000 e 2010, na Baixada Santista o crescimento foi de 44,84%. Em Bertioga, ele atingiu 113,88% e, em Mongaguá, 93,64%. Em Santos, um em cada cinco moradores tem mais de 60 anos de idade.

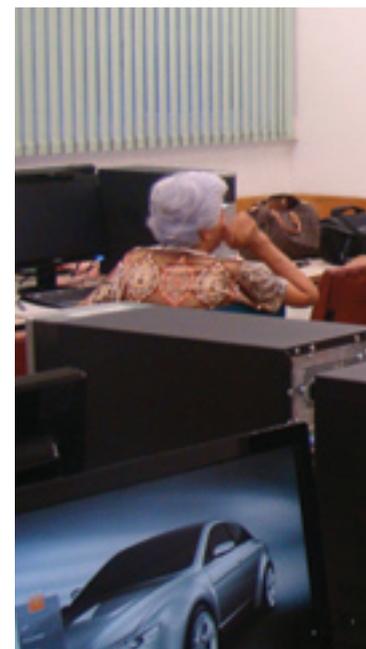
A vida dos idosos brasileiros seria muito melhor se todos pudessem contar com os índices de qualidade de vida de Santos e, sobretudo, com as oportunidades de aprendizado oferecidas pelo projeto Nova Era – Melhor Idade, mantido pela Fatec Rubens Lara.

Foi pensando nessa população de idosos que convive na mesma cidade dos jovens alunos da Fatec que o professor Paulo Schroeder, diretor da faculdade, iniciou o projeto em 2010. “Começamos com aulas de inglês e informática básica, divulgamos nas igrejas e no Sesc e logo formamos as duas primeiras turmas”, relembra ele.

A procura, contudo, não parou de crescer, e a assistente da direção Letícia Gomes Rodrigues foi designada para apoiar os alunos. Hoje, o projeto conta com cerca de 200 alunos, e a fila de espera chega a 400. “O professor Paulo me chamou porque sabia que o projeto ia continuar prosperando, devido à qualidade dos cursos”, comenta Letícia.

Os cursos são realizados nos laboratórios de informática da faculdade. As aulas duram duas horas e acontecem duas vezes por semana. Além de inglês e informática, foram acrescentados os cursos de espanhol e, mais recentemente, de cidadania e economia doméstica. Todo o material didático é fornecido pela Fatec. O conteúdo de informática abrange a descrição dos componentes básicos do computador, exercícios com o mouse, processadores de texto, navegação na Internet, e-mail e, claro, participação nas redes sociais.

Os primeiros alunos revelaram toda a alegria que sentiam ao poder escrever cartas e enviar mensagens para os filhos e os netos distantes e, assim, sentirem-se mais próximos deles. “Muitos começaram a com-



prar computadores, pediam pra gente configurar e explicar pra eles como podiam usar”, destaca o professor Schroeder. “Em casa eles não tinham muita atenção, mas aqui eles foram recebidos de braços abertos”, observa.

Os cursos de língua começaram em sala de aula e hoje acontecem no laboratório de informática. Todos são presenciais, pois os alunos buscam exatamente um espaço de convivência com os amigos, como os estudantes jovens. Os monitores são alunos de informática da Fatec, além dos voluntários, ex-alunos da terceira idade bem avaliados durante o curso e que se dispuseram a colaborar com outros alunos.

Indiretamente, o projeto faz a propaganda desse trabalho. Em termos de vestibular, os alunos acabam chegando por meio dos próprios pais e avós que vêm pra cá e percebem que existe algo de diferente na faculdade. Algo que se preocupa com a própria sociedade, o que acaba chamando os alunos para prestar o vestibular. Mas isso não foi intencional. O intuito

inicial foi poder dar esse atendimento e suporte para aqueles que muitas vezes ficam sozinhos.

“A intenção é passar toda a nossa experiência para as outras Fatecs”, declara Schroeder. “Em breve iremos iniciar um curso de graduação a distância em gestão empresarial. Isso pode abrir novas portas para a educação continuada em outros setores do governo estadual”, avalia o professor. Embora os cursos para a terceira idade da Fatec de Santos sejam exclusivamente presenciais, Schroeder considera que outros setores da população adulta também podem ser atendidos a distância, com as devidas adaptações ao público de alunos.

“O que a gente mais vê depois do curso são as pessoas voltarem ao trabalho”, destaca Letícia. “As alunas que são revendedoras de cosméticos em domicílio fazem o curso porque querem vender pela Internet”, complementa. A iniciativa, portanto, acaba tendo um papel de apoio ao empreendedorismo, além do aspecto meramente social e educativo.



Cidade transparente, águas cristalinas

Piracicaba transpira política. A cidade, que nasceu como “Constituição”, adotou o nome do rio que lhe deu água e energia, cujo significado é “o lugar onde os peixes se reúnem”. Constituição foi o berço político do primeiro presidente civil eleito no Brasil, Prudente de Moraes, que a transformou em Piracicaba quando era vereador. Hoje, mais do que os peixes, são os moradores que se juntaram por lá. A ponto de criarem um Observatório só para acompanhar o que acontece dentro e fora das águas outrora transparentes em que os peixes eram abundantes.

A oportunidade surgiu na Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial), realizada em 2012. Foi a rede em que os homens-peixes começaram a se conhecer. “A Consocial foi uma conferência que trabalhou a questão da transparência social de forma transversal em relação a todas as políticas públicas”, explica Renato Morgado, da Imafloa, entidade ambiental que, juntamente com a OAB local e outras entidades da sociedade civil, integra o conselho do Observatório do Cidadão de Piracicaba, o qual, naquele momento, começou a surgir das águas turvas.

A conferência reuniu entidades dos diversos setores de ação social em torno do tema transparência e controle social. Antes, houve reuniões preparatórias e, depois dela, continuaram as reuniões para demandar que as propostas aprovadas fossem de fato implementadas. O Observatório, uma extensão do trabalho das entidades envolvidas na Consocial, foi, aos poucos, incorporando outras também.

A harmonia entre os parceiros nasceu dos objetivos comuns. Todos eles compartilham o desejo de mais democracia. Ainda assim é necessário negociar muito. “A gente tem conseguido caminhar bem, quase sempre as decisões são por consenso. E temos um termo de cooperação assinado pelas entidades que permite manter a governança das iniciativas”, considera Morgado. O documento orienta não apenas o processo de decisão, mas também os princípios que norteiam a organização das tarefas. “O maior desafio das entidades entre si é o de unir a diversidade de pontos de vista”, acrescenta.

“A Lei de Acesso à Informação é um marco divisor que permitiu à sociedade civil brasileira obter os dados de que necessita”, ressalta Morgado. “Sem ela teria sido mais difícil criar o Observatório do Cidadão de Piracicaba”, lembra, concluindo: “essa foi a iniciativa que mais usou a Lei de Acesso à Informação, e a maior parte das questões foi de fato respondida”. Isso, porém, não significa que ela esteja funcionando plenamente em Piracicaba. O cumprimento da lei pela Prefeitura e pela Câmara é uma das atividades monitoradas pelo Observatório. Os dados comprovam que houve um avanço, mas ainda persistem muitas falhas.

Por que é tão difícil o acesso à informação pública? Quem responde é o advogado Fernando Collonese, representante da OAB no Observatório. “Acho que é a cultura política de o executivo trabalhar sozinho, sem a participação do povo. O Observatório nasceu com essa ideia de trazer a dinâmica da transparência. Isso está sendo muito bacana para Piracicaba. As entida-



des veem o Observatório como uma chave que possa ligar a sociedade à administração pública”.

Fornecer informações à população, porém, não é o suficiente. É preciso que elas sejam facilmente acessíveis e compreensíveis. Essa é uma preocupação constante para os membros do Observatório. Por isso, foram criados vários canais de disseminação, tais como: cursos e palestras feitos para o contato direto com a população e as lideranças da cidade; e o site do Observatório, que permite arquivar e fornecer as informações e análises a qualquer tempo, com a ajuda do treinamento oferecido pelos eventos ao vivo.

Na praia do Imaflora – o meio ambiente – houve outro resultado importante. O movimento conseguiu que fosse criada uma comissão para elaborar o plano municipal de resíduos sólidos desde o seu início, com a participação da sociedade civil e das universidades. Na maioria das vezes, a população só é chamada para opinar sobre projetos prontos. Segundo Morgado, “isso cria uma amarra muito grande, porque é muito difícil mudar algo que já está definido”. Quando o plano foi enviado à consulta pública, já havia contado com a participação popular em sua formulação.

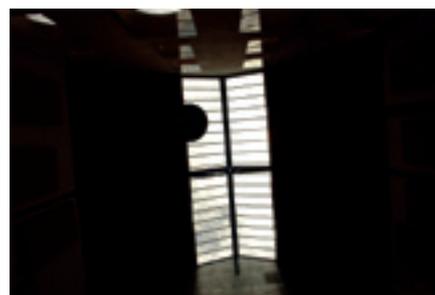
O que une tantas entidades diferentes, como Imaflora, OAB e associações de bairro? Morgado responde: “Eu acho que é o controle social pela sociedade, que envolve transparência. Aproximar o Estado, no nível local, os gestores eleitos e a sociedade. Ter uma voz mais ativa nas políticas públicas. Para isso, a transparência é central. Ela é uma condição para a participação.

O Observatório é um instrumento de controle social na medida em que ele monitora o Poder Público e fortalece a sociedade civil”.

Fernando Collone se completa: “Para a OAB, o acesso ao Observatório se insere no objetivo de envolver o cidadão na vida política desde o ensino fundamental, como no projeto OAB Vai à Escola. Para isso, é preciso que ele saiba o que acontece na cidade onde mora”.

“Aqui também não foi fácil”, observa Morgado. Em

qualquer lugar, afirma, a imprensa e o Poder Público são as maiores fontes de informação. A imprensa tem alguma autonomia, mas não é constante. O Poder Público monitora de forma constante, mas tem sua própria perspectiva. “Agora a gente consegue fiscalizar vários temas da cidade de forma permanente e independente”, comemora.



Educação na ponta do lápis. E do mouse.

O QEDu nasceu do encontro de um grupo de empreendedores privados com a educação pública.

Desde seu primeiro estágio na ONG Todos pela Educação, o economista Ernesto Faria se dedica às pesquisas sobre educação no Brasil. Foi assim que ele percebeu a necessidade de transformar dados estatísticos produzidos pelo Poder Público em informação que pudesse ser mais bem entendida – e, portanto, utilizada – por pais, alunos, jornalistas e educadores. “Os pesquisadores trabalham com dados que não são simples para as pessoas entenderem e elas acabam não aproveitando corretamente a informação”, considera Faria. Para resolver esse problema, aos 23 anos de idade ele criou o blog Estudando Educação, que passou a ser referência para gestores e jornalistas interessados em interpretar melhor os números das pesquisas. “Temos muitos dados em educação, mas acabamos aproveitando só uma parte deles, como as médias e os dados por Estados, deixando de lado os microdados, que são os dados locais”, revela. “O que

eu fazia era fornecer essas interpretações ao público por meio da imprensa”, resume ele.

Foi assim que o economista encontrou outros empreendedores interessados no mesmo tema: a Merrit – empresa de Santa Catarina também especializada em pesquisas sobre educação – e a Fundação Lemann, de São Paulo, que tem na educação uma de suas mais fortes áreas de atuação. Dessa junção de interesses e capacidades privadas surgiu o QEDu, uma fonte de análises de dados públicos sobre educação que todos podem consultar a qualquer momento para conferir o desempenho de escolas, bairros, cidades e Estados. Os tais “microdados”, a que Faria se referiu.

Para viabilizar o projeto, foi necessário investir em tecnologia da informação. Desenvolver o QEDu não foi fácil. Estados como São Paulo e o governo federal têm grande capacidade de produção e análise de dados, mas os municípios e os Estados pequenos não têm. A grande dificuldade é fazer a TI torná-los acessíveis a todo mundo. No QEDu foi a Merrit quem cuidou dis-



so, um papel que Faria considera fundamental para as instituições públicas. Para ele, frequentemente as boas ideias dos governos não são realizadas por falta de integração com a área de TI, que deve atuar como facilitadora. Sem isso não é possível avançar. E é exatamente esse o diferencial que o QEdU oferece: uma capacidade de processamento dos dados a serviço de educadores, pais, alunos ou jornalistas. Somente em 2013 foram cadastrados no portal 589 gestores e técnicos em educação. Os dados são obtidos a partir dos resultados da Prova Brasil e do Censo Escolar.

No site é possível consultar informações sobre o desempenho dos alunos do 5º e do 9º anos em matemática e em português, o perfil de alunos, professores e diretores das escolas, o número de matrículas, as taxas de aprovação, abandono e reprovação de alunos, bem como informações sobre a infraestrutura oferecida pelas escolas. O Estado de São Paulo domi-

na o número de usuários, com 39 mil visitas em 2014, seguido do Rio de Janeiro, com 22 mil. A intenção é aumentar a participação de pais, alunos e professores para transformar a plataforma em um instrumento de acompanhamento e mobilização das comunidades em favor da qualidade da educação.

Para isso, foram criadas ferramentas que facilitam a consulta aos dados, como o “Explore”, que permite comparações entre as escolas de um município, entre municípios de um mesmo Estado e dos Estados entre si.

Acessos ao site em 2014

| | |
|----------------|--------|
| São Paulo | 39 mil |
| Rio de Janeiro | 22 mil |

10.000 cadastrados

➤ mais informações em <http://www.qedu.org.br/>



Economia de água: a nova atração do Zoológico

A nova atração das visitas monitoradas da Fundação Zoológico de São Paulo não vive em uma gaiola, não tem pelos, patas, bicos ou asas. Cada vez mais as crianças querem conhecê-la. Os bichos precisam dela para poder nadar, tomar banho e beber água. Até as represas e os cofres públicos do Estado gostaram de sua chegada. As estações de tratamento de água e de esgotos do Parque Zoológico foram feitas com a intenção de cortar a conta de água, mas acabaram transbordando em benefícios para o ambiente, a população e as contas públicas.

O Zoológico reduziu o valor da conta de água da Sabesp pela metade desde que passou a produzir água de reuso em suas próprias dependências, com a instalação de uma estação de tratamento de esgotos e outra de água. Com os resíduos orgânicos produzidos por ambas as estações, acrescidos dos demais resíduos do parque, também elevou a produção de adubos orgânicos por compostagem, reduzindo os gastos com a compra de adubos químicos.

“A implantação do sistema de gestão ambiental ISO 14.000 em 2006 exigiu uma série de medidas para sua manutenção, como a produção de água de reuso, que é usada na lavagem de ruas e alguns recintos”, explica Aurélio Barion Jr., chefe da divisão de controladoria do Zoológico. “Com auxílio da Cetesb, treinamos funcionários para fazer a análise semanal dessa água. Para garantir o resultado dessas análises, foi contratada uma empresa especializada. Isso permitiu reduzir o consumo de água da rede pública”, completa ele.

Conseguiram mais do que isso. Não só reduziram o consumo de água da Sabesp, como melhoraram a qualidade de todos os recursos hídricos, o que significou uma economia em termos de recursos financeiros. As estações de tratamento foram financiadas com recursos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição.

O apoio inicial veio da Cetesb, que treinou todo o pessoal para monitorar a qualidade da água de reuso. O Dae concedeu a outorga para a captação das águas para tratamento. O Programa de Uso Racional da Água da Sabesp e a utilização da tarifa reduzida para órgãos públicos permitiram uma economia adicional de 25% no valor da conta de água. A prefeitura de São Paulo contribuiu para a coleta de resíduos, inclusive hospitalares. E uma cooperativa de catadores de resíduos recicláveis completou o time.

O programa de gestão ambiental foi gerando resultados em cascata. A reciclagem de água e esgotos foi gerando a reciclagem de tudo o mais. Uma campanha reduziu em até 65% o consumo de descartáveis. Cada funcionário recebe uma caneca com o logotipo do zoológico para evitar o uso de copos plásticos. A Secretaria Estadual do Meio Ambiente aprovou e até adotou a ideia.

A vizinhança do Zoo também se entusiasmou. “Aqui no Parque Estadual das Fontes do Ipiranga – onde o zoológico está instalado – há outro projeto de tratamento de água de esgotos”, comenta Fátima Valenti Roberti, diretora administrativa. “Tudo começou aqui



no Zoo e o pessoal da Companhia Paulista de Obras e Serviços já nos procurou para conhecer o projeto”, revela. O parque inteiro possui 22 fontes de água pura.

O sistema de gestão ambiental da Fundação Parque Zoológico foi premiado na categoria melhoria do gasto público, devido aos ganhos financeiros que a economia de água representa. O prêmio foi concedido antes do agravamento do estresse hídrico na Região Metropolitana de São Paulo. “Apesar de toda essa crise, a gente se manteve bem, por que temos água de reúso. Imagine encher o tanque dos animais! Ainda bem que temos água de reúso! É a nossa sustentabilidade!”, comemora Fátima.

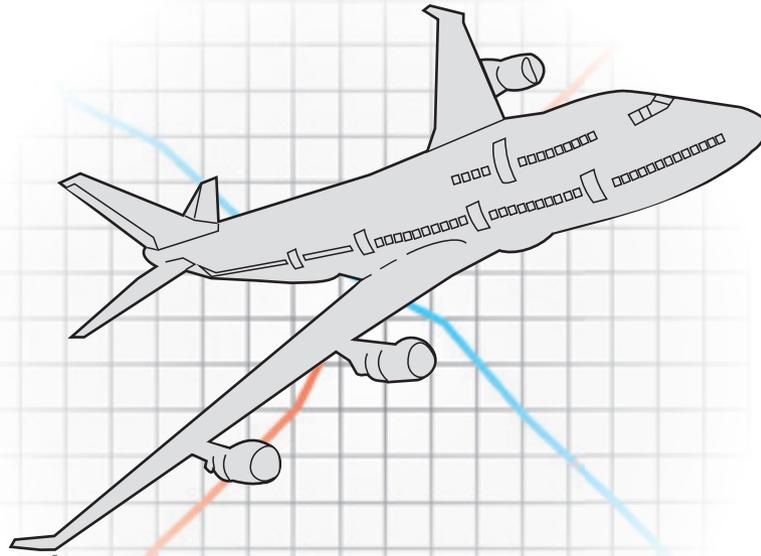
A gestão ambiental no zoológico acabou transformando-se em um espetáculo à parte. O Zoo Escola é um programa de educação ambiental realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Em 2014, o tema das visitas foi a água. Em Araçoiaba da Serra – onde fica a fazenda que produz os alimentos dos animais –, o tema é o reaproveitamento dos resíduos orgânicos. Os animais e as estações de tratamento de água e de esgotos geram resíduos que produzem o adubo orgânico utilizado na produção da ração dos animais. Assim como a água, tudo se recicla no Parque Zoológico de São Paulo.

As crianças com síndrome de Down do projeto Plantando o Futuro e os alunos das escolas municipais fazem visitas monitoradas às estações de tratamento de água e esgotos. Há uma modalidade de visita focada em gestão ambiental. No início, havia dúvidas sobre sua atratividade. Em 2013, ela foi a mais bem avaliada pelos visitantes.

O ciclo de tratamento das águas do Zoológico é a síntese perfeita do famoso princípio de conservação da massa de Lavoisier: na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma. As águas do lago São Francisco – que acolhe e encanta os visitantes logo na entrada – são tratadas em um tanque contendo sulfato de alumínio, que provoca a separação da matéria orgânica em suspensão. A adição de um polímero orgânico faz com que ela flutue na superfície do tanque, gerando um lodo de algas aglutinadas que é separado e enviado para a estação de tratamento de esgotos. A água é submetida a testes de qualidade antes de ser bombeada para a caixa d’água. São medidos os níveis de acidez, cor, temperatura e turbidez – a transparência da água. Essa última chega a ser reduzida da ordem de 230 UNT para 0,002. A demanda biológica de oxigênio – DBO – que indica a quantidade de matéria orgânica em suspensão é medida semanalmente. A análise completa exigida pelo Ministério da Saúde é feita a cada três meses.

Todo esgoto produzido no parque é canalizado para a estação de tratamento. Lá, ele passa por grades que retiram o material sólido, como pedras e galhos. Depois, por um dos tanques de aeração que injetam oxigênio para que as bactérias aeróbicas possam consumir a matéria orgânica. Em seguida, o aerador é desligado e as bactérias anaeróbicas – que não consomem oxigênio – completam o serviço. “Com esse tratamento, a gente retira 99% de toda a carga orgânica do esgoto para devolver ao lago”, informa Marcelo Misato, gestor ambiental e supervisor do sistema.





Apertado o cinto, viagens decolam e preços aterrissam

O governo do Estado de São Paulo é um dos maiores compradores de passagens do país. E, mesmo assim, tinha pouco poder de negociação de preços com as agências de viagens contratadas para atendê-lo. Até que uma equipe de novos executivos públicos, recém-chegada na Secretaria de Gestão Pública, resolveu introduzir o conceito de “viagens corporativas” na gestão pública.

“Contratar uma agência para fornecer três preços não é o suficiente para garantir o melhor negócio”, revela Daniel Araújo, da Unidade de Desenvolvimento e Melhoria das Organizações da Secretaria de Gestão Pública. “A agência pode simplesmente oferecer os três maiores preços dentre muitos outros possíveis”, acrescenta Jorge Orlando, outro membro da equipe da Udemo responsável pelo projeto Sistema de Agenciamento Sistematizado de Viagens Corporativas – Ata de Registro de Preços de Passagens Aéreas ARP/SGP 2013.

A nova ata de registro de preços permitiu o acesso direto aos preços praticados pelas companhias aéreas. Eliminou assim a deficiência de informação do Estado

sobre as práticas do mercado. As agências são remuneradas por comissão sobre o valor de venda e não havia nenhum incentivo para reduzir os custos. Por esse motivo, a remuneração das agências – que era de 10% sobre o valor do bilhete a partir do mínimo de 40 reais – foi fixada em 6,17 para qualquer valor da passagem.

Embora a SGP detivesse a competência legal para executar a política de viagens do Estado, faltava ainda maior poder de coordenação e, principalmente, um conhecimento mais profundo sobre o funcionamento do mercado de viagens corporativas. Cerca de 230 fornecedores vendiam passagens aéreas para o Estado, embora houvesse uma ata de registro de preços específica da SGP visando a reduzir o custo das transações. Portanto, essa atribuição não era suficiente para garantir o pleno aproveitamento das vantagens das atas de registro de preço, instrumento bastante poderoso, previsto na lei das licitações.

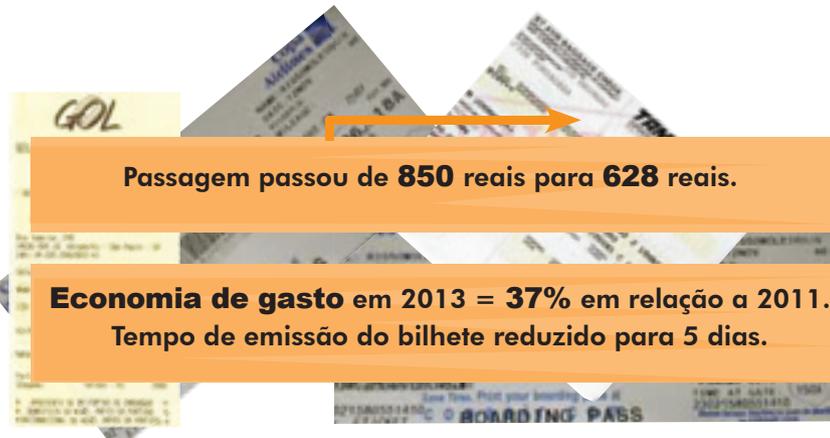
Foi então que a equipe da Udemo resolveu acoplar o recurso da ata de registro de preços ao conceito

de viagens corporativas. Em vez de contratar uma agência para atender ao governo, eles decidiram utilizar um serviço de reservas que fornece todos os preços disponíveis para cada rota aérea, data e horário desejados. E passaram a utilizar também o conceito de preço da viagem, não apenas na passagem. “Não adianta nada pagar o deslocamento do passageiro até um aeroporto distante só para reduzir o preço da passagem”, explica Orlando. “O custo final pode ser mais alto”, justifica.

O serviço de reservas vencedor da licitação permite a busca e o autoagendamento dos bilhetes oferecidos pelo mercado. O sistema fornece relatórios completos, que permitem identificar a economia obtida. Com a instituição do Programa de Melhoria do Gasto Público – Desperdício Zero, todos os órgãos da administração pública estadual puderam aderir à ata de registro de preços da SGP.

Em relação ao modelo anterior, o preço médio pago por passagem foi reduzido de 850 para 628 reais, ou seja, 26% a menos. A economia no total gasto em 2013 em relação à ata de 2011, no entanto, atingiu 37%. Não foi só o preço que caiu, o tempo para emissão do bilhete também foi reduzido para cinco dias. Ou seja, aumentou o conforto tanto para o passageiro quanto para os servidores administrativos.

O sistema adotado incorporou os mecanismos de conformidade – *compliance* – ao disposto pela política de viagens instituída por meio da Resolução n. 10 da SGP, que estabeleceu uma antecedência mínima de cinco dias em relação à data da viagem e instituiu os critérios da melhor tarifa e do menor preço total para a escolha das ofertas. A preferência por uma empresa de aviação específica visando a acúmulo de



Passagem passou de **850** reais para **628** reais.

Economia de gasto em 2013 = 37% em relação a 2011.
Tempo de emissão do bilhete reduzido para 5 dias.

milhas, por exemplo – prática comum no regime anterior – só é permitida mediante justificativa.

A ata de registro de preços de passagens aéreas permitiu eliminar 115 processos licitatórios. Além da redução significativa dos prazos de licitação – de seis meses, em média –, esse procedimento permite registrar informações sobre os produtos e serviços contratados, fazer pesquisas de mercado e ampliar a assistência técnica a quem participa delas.

“O sistema de registro de preços é um instrumento de gestão de compras”, avalia Orlando. Ele é estimulado pela própria lei, que oferece ao Estado uma oportunidade de otimizar suas compras e reduzir custos por meio da centralização. Isso vale para telefonia, para transportes, compras de bens e materiais, áreas onde é possível obter ganhos de escala e unificar parâmetros de qualidade dos produtos. Ao mesmo tempo, permite que as áreas-fim – como saúde, segurança e educação – se concentrem em suas atividades, sem perda de tempo com as tarefas de suprimento, por exemplo.

A política de viagens do Estado está embutida no sistema de reservas *on-line*. Tudo é feito de forma transparente, com a emissão de relatórios que podem ser enviados ao site da Transparência do governo estadual. “O cidadão pode acompanhar o gasto com transporte aéreo por passageiro, bilhete, trecho e horário. Pode saber quanto custou e quanto foi economizado”, finaliza.

memória

nona edição 2012



Cidadania em Rede

■ Onde Está a Acessibilidade Digital Brasileira? / Usuários voluntários do Acesso SP em Sorocaba ■ Projeto Monitor Virtual / Infocentro Acesso SP de Ribeirão Grande

Inovação em Gestão Estadual

■ Instituto Adolfo Lutz inova a técnica do exame de Papanicolau no SUS: inovação tecnológica no rastreamento do câncer de colo do útero / Instituto Adolfo Lutz – laboratório de Citologia Oncótica / Secretaria da Saúde / Vale do Ribeira ■ Trabalho Artesanal: efeitos e oportunidades além das grades Penitenciária II “Nilton Silva”, de Franco da Rocha / Secretaria da Administração Penitenciária ■ Programa Município VerdeAzul / Coordenadoria de Planejamento Ambiental / Secretaria de Estado do Meio Ambiente ■ Despacho Social do Boletim de Ocorrência da Polícia Militar / 23º Batalhão de Polícia Militar do Interior ■ Gestão de Ordem Pública Local / Polícia Militar do Estado de São Paulo ■ Programa Pró-ingresso / Secretaria da Administração Penitenciária / Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania

Inovação em Gestão Municipal

■ Centro de Atendimento ao Cidadão / Jaborandi ■ Orçamento Participativo Jovem

Governo Aberto

■ Queremos Saber / Transparência Hacker / Open Knowledge Foundation São Paulo ■ Navegantes da Informação: adote um político / Prefeitura Municipal de Sorocaba

oitava edição 2011

Inovação em Gestão Estadual

■ Capacitação de Cooperativas de Reciclagem de Lixo / Laboratório de Sustentabilidade do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da USP / Escola Politécnica ■ GGC Gerenciamento Gerontológico do Cuidado / Instituto Paulista de Geriatria e Gerontologia / São Paulo / Instituto Paulista de Geriatria e Gerontologia ■ Teatro de Fantoches Educando para o Trânsito / Polícia Militar do Estado de São Paulo ■ Plano de Contenção de Custos do Centro de Detenção Provisória de Sorocaba ■ Sistema de Proteção Escolar / Secretaria da Educação e FDE ■ Centrais de Flagrantes: novo sistema de gestão / Polícia Civil do Estado de São Paulo / Departamento de Polícia Judiciária da Capital / SSP ■ Projeto Desconstruindo a Violência / Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo ■ Retorno de Investimento com Formação de Pessoal / São Paulo / Companhia Paulista de Trens Metropolitanos ■ Kit Seguro para Alunos da Rede Estadual de Ensino / Ceeteps ■ Campanha Chama Segura / Polícia Militar de São Paulo – Comando do Corpo de Bombeiros

Inovação em Gestão Municipal

■ Programa Municipal de Acessibilidade Rural / Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural / Coordenadoria de Assistência Técnica Integral / Secretaria de Planejamento de Botucatu / Secretaria da Educação de Botucatu / Guarda Civil Municipal de Botucatu ■ Programa Portas da Liberdade / Prefeitura Municipal de Campinas / Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel ■ Violência: reflexo da sociedade. Vamos refletir / Diretoria de Ensino de Osasco

Cidadania em Rede

■ Aprender a Conviver (Acesso SP e Escola) / Prefeitura Municipal de Iaras / E.M.E.F. “Professora Julieta Buchdid Carvalho” ■ Planilha Eletrônica e Educação Financeira / Prefeitura Municipal de Ilha Solteira / Unesp “Júlio de Mesquita Filho” ■ Violência: reflexo da sociedade. Vamos refletir / Diretoria de Ensino de Osasco

Governo Aberto

■ Para onde foi o meu dinheiro? / São Paulo / Não Disponível

Voto popular

■ Concurso de remoção / Prodesp / Imprensa Oficial do Estado / Secretaria de Estado da Educação / Diretorias Regionais de Ensino

sétima edição 2010

Excelência em Gestão Pública

■ Viveiro de Plantas: restaurando o homem e o meio ambiente / Centro de Progressão Penitenciária “Dr. Edgard Magalhães Noronha” / Secretaria da Administração

Penitenciária ■ Otimizando a ocupação de leitos hospitalares e melhorando a qualidade de vida de pacientes dependentes de ventilação mecânica através do cuidado domiciliar / Hospital Auxiliar de Suzano do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP / Secretaria da Saúde ■ Projeto Audesp: auditoria eletrônica de órgãos públicos do Estado de São Paulo / Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ■ Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho nos Contratos de Serviços Terceirizados / Unidade de Negócio Leste da Sabesp / Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos ■ Quando Empresa e Empregados se Juntam na Mesma Causa Social: o sucesso do programa de voluntariado da Sabesp / Superintendência de Recursos Humanos e Qualidade / Sabesp / Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

Inovação em Gestão Pública

■ Projeto Nasce Uma Criança, Plante Uma Árvore / Estação de Tratamento de Esgotos de Jales / Sabesp / Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos ■ Programa Corpe Diem: custódia detentiva alternativa / Centro de Detenção Provisória de Sorocaba / Secretaria da Administração Penitenciária ■ Projeto Força Mirim: polícia e comunidade juntos por um futuro melhor. Educar hoje para não castigar amanhã / Segunda Companhia do Décimo Quinto Batalhão de Polícia Militar Metropolitana (Base Comunitária de Segurança Jardim Vila Galvão – Guarulhos) / Secretaria da Segurança Pública ■ Implantação e otimização do ensaio de PCR em tempo real para o diagnóstico laboratorial da influenza A (H1N1) pandêmica no Instituto Adolfo Lutz / Secretaria da Saúde ■ Serviço de Laudos de Eletrocardiografia através do Sistema Tele-ECG / Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia / Secretaria da Saúde ■ Polícia e comunidade: a integração social como filosofia de trabalho da Base Comunitária de Segurança Vila Formosa / Polícia Militar / Secretaria da Segurança Pública ■ Implantação do Serviço de Perícias Médicas através de Telemedicina (Telejunta) na Polícia Militar de São Paulo / Secretaria da Segurança Pública ■ Projeto Lint: trocando de papéis / Unidade Itapetininga (Casa Esperança) da Fundação Centro de Atendimento Sócio-educativo ao Adolescente / Fundação CASA-SP / Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania ■ Projeto Semear “Plantando o Futuro” / Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste / Secretaria da Administração Penitenciária ■ Projeto Trânsito Seguro: educação também se faz nas ruas / 32º Batalhão de Polícia Militar do Interior / Assis / Secretaria da Segurança Pública

sexta edição 2009

Excelência em Gestão Pública

■ Gestão Estratégica de Custos / Imprensa Oficial do Estado S/A ■ Gerenciamento Processual da Infância / Itanhaém / Tribunal de Justiça de São Paulo ■ Programa de Prestação de Serviço à Comunidade / Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo ■ Sistema de Análise Criminal (SACrim) – Open Source (software livre) / Polícia Militar do Estado de São Paulo / Comando de Policiamento Metropolitano ■ Regularização da Favela Mário Cardim: redução de perdas e resultados sociais e ambientais / Sabesp

Inovação em Gestão Pública

■ A Sabesp Revolucionou a Gestão de Empreendimentos / Sabesp ■ Economia de telefone utilizando aplicativo de mensagem instantânea / Polícia Militar de São Paulo ■ Implantação de Estratégia para a Melhoria do Diagnóstico Sorológico de Infecção por HIV/Aids pela Introdução de Controle de Qualidade Interno no Estado de São Paulo / Instituto Adolfo Lutz, Laboratório Central, Hemorede/Hemomúcleo / Laboratórios da sub-rede integrantes do Programa de Controle da Qualidade Analítica do Diagnóstico Laboratorial da Infecção pelo HIV ■ Programa “Aplique Bem” / Instituto Agrônomo / Secretaria da Agricultura e Abastecimento / Arysta LifeScience / Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola (Fundag) ■ Programa Acesso Escola / FDE / Secretaria de Estado da Educação / Secretaria de Gestão Pública ■ Ampliação do atendimento por meio de eventos externos do Poupatempo Ribeirão Preto ■ Escolinha de Futebol “Mais que Vencedor” / Base Comunitária de Segurança Jardim Paranaense, instituições instaladas no CIC Oeste, vinculadas à Secretaria da Segurança Pública ■ Unidades de Informações Territorializadas (UITs) da Sub-região Centro da RMSP / São Paulo / Emplasa ■ Rede de Suprimentos / Chefia de Gabinete / Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo / FDE / Diretorias de Ensino / Unidades Escolares ■ Tratamento Sustentável de Lixo Eletrônico / Centro de Computação Eletrônica (CCE/USP) / Reitoria da USP

quinta edição 2008

Excelência em Gestão Pública

■ Cadastro e Seleção de Candidatos a Beneficiários dos Assentamentos Estaduais / Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (Itesp) ■ Criação de Centro de Prevenção e Tratamento de Disfunções do Assolho Pélvico – Núcleo de Uroginecologia (NUG) de Jaú / Núcleo de Gestão Assistencial (NGA) 25 de Jaú – Ambulatório de Especialidades Médicas ■ Gerenciamento de materiais hospitalares no HRAC-USP: planejar é preciso! / Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC/USP) ■ Gestão Estratégica da Unidade de Farmacotécnica



Hospitalar na busca da excelência e resultados / Hospital das Clínicas FM-USP – Instituto Central, Divisão de Farmácia ■ Modernização dos Serviços de Limpeza em Ambiente Escolar / São Paulo / Secretaria da Educação

Inovação em Gestão Pública

■ Colegiado Regional de Atenção Básica do DRS III – Araraquara – Uma Estratégia para Fortalecer a Atenção Básica ■ Comunidade Virtual de Aprendizagem em Saúde: criando uma rede “viva” de colaboradores na área da saúde / Fundap / Secretaria Estadual da Saúde ■ Desafios e Avanços da Comissão de Análise de Solicitações Especiais visando a Equidade e o Aprimoramento da Gestão do SUS / Poder Judiciário da 1ª e 2ª Vara da Fazenda Pública do Município de Ribeirão Preto / Ministério Público de São Paulo (Promotoria da Cidadania) / Departamento Regional de Saúde de Ribeirão Preto (DRS XIII) / Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto / Hospital das Clínicas FM RP-USP ■ A Transparência dos Atos do Governo Disponível ao Cidadão / Imesp ■ Emplasa GEO – Geoinformação para o Cidadão / Emplasa ■ Implantação de Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgotos em Comunidades Rurais de 1.50 a 1.000 Habitantes / Sabesp ■ Projeto Ambiental Estratégico Etanol Verde / Secretaria do Meio Ambiente / Secretaria de Agricultura e Abastecimento / União da Indústria da Cana-de-Açúcar / ■ Projeto de Recuperação Ambiental de Vila Machado: Gestão Territorial Compartilhada aliada ao Monitoramento para a Ação e a Eficácia / Sabesp / Prefeitura Municipal de Mairiporã / Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental / USP ■ Uma Parceria Inovadora para Fazer Frente ao Fenômeno da “Judicialização das Políticas Públicas de Saúde” – A Otimização da Gestão Pública / Coordenação de Demandas Estratégicas do Sistema Único de Saúde, da Secretaria da Saúde / PJ 8 – 8ª Subprocuradoria, da Procuradoria Judicial, da Procuradoria Geral do Estado ■ Taboão Paraíso – Polícia e Comunidade em Ação / São Paulo / Terceira Companhia do Décimo Quinto Batalhão de Polícia Militar Metropolitana

quarta edição 2007

Atendimento ao Cidadão

■ Contribuição para o Controle Sustentável e Inclusão de Moléstia Milenar: integração docente e assistencial / Departamento de Dermatologia do HC FM-USP ■ Impacto do atendimento resolutivo em Mastologia na redução da mortalidade por câncer de mama em São Paulo / Centro de Referência da Saúde da Mulher – Hospital Estadual Pérola Byington

Eficiência no Uso dos Recursos Públicos e Desburocratização

■ Gestão como Instrumento para Elevar a Taxa de Adesão ao Tratamento Anti-Retroviral de Pacientes Vivendo com HIV/Aids / Serviço de Extensão ao Atendimento de Pacientes HIV/Aids – Casa da Aids da Divisão de Moléstias Infeciosas e Parasitárias do HC FM-USP ■ Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal: projeto nota fiscal paulista / Sefaz ■ Ação com Foco na Redução e Controle de Perdas em Salesópolis / Sabesp

Gestão de Recursos Humanos

■ Sistema de Avaliação Institucional: um instrumento para a melhoria da qualidade da educação profissional / Ceeteps / Secretaria de Desenvolvimento de São Paulo ■ Os Caminhos de uma Empresa Socialmente Responsável / Sabesp

Design de Hiperímida

■ Portal AcessoSP / Prodesp

Infraestrutura

■ Ambiente Online de Pagamentos de Tributos de IPVA, licenciamento Eletrônico, Multas de Trânsito e Seguro Obrigatório / Prodesp / Secretaria da Fazenda / Febraban / Fenaseg / Detran

Transações Internas

■ Sistema de Gerenciamento do Colegiado da Congregação da FM-RP e Disponibilização dos Documentos via Web / Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

terceira edição 2006

Atendimento ao Cidadão

■ Segurança e a Sociedade Civil / Secretaria de Segurança Pública / Instituto São Paulo Contra Violência ■ Hospital das Clínicas Inova o Sistema e Dobra Média de Consultas / Instituto Central do HC FM-USP / Secretaria da Saúde de São Paulo

Eficiência no Uso dos Recursos Públicos e Desburocratização

■ Sistema ÔMEGA de Segurança: inteligência policial investigativa suportada por inteligência artificial / Polícia Civil SP / Secretaria de Segurança Pública SP ■ Nota Fiscal Eletrônica: a modernização do fisco a serviço da sociedade / Sefaz

Gestão de Recursos Humanos

■ Integração Serviços e Saúde e Universidade: estratégia para melhoria da gestão

em saúde / Unesp / Faculdade de Odontologia de Araraquara ■ Ensino Médio em Rede: um modelo de sistema de formação continuada em serviço de agentes educacionais com o apoio de tecnologias de informação e comunicação / Secretaria da Educação de São Paulo / Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas / Fundação Carlos Alberto Vanzolini

Design de Hiperímida

■ Centro de Orientação e Encaminhamento para Pessoas com Necessidades Especiais e Respectivas Famílias / Seads / Casa Civil / SGE / SEI / Prodesp

Inclusão digital

■ Programa Acesso SP: tecnologia a serviço do cidadão / Imprensa Oficial / Prodesp ■ Projeto Coisas Boas da Minha Terra / Secretaria da Educação / Fundação Telefônica / Cenpec

Transações Internas

■ Sistema de Gerenciamento de Contratos de Serviços Terceirizados / Fundap

segunda edição 2005

Atendimento ao cidadão

■ Programa de Segurança contra Incêndio em Assentamentos Urbanos Precários / IPT / Centros Comunitários das localidades beneficiárias / Corpo de Bombeiros da PM-SP / Prefeitura Municipal de São Paulo – Comissão Municipal de Defesa Civil / Secretaria das Subprefeituras / Secretaria da Saúde / Ultragaz S.A / Abiex / ABNT / USP / Machado / Meyer / Sendacz / Opice Advogados / DDIC ■ Embarque na Leitura / Metrô / Instituto Brasil Leitor / Usiminas / Cosipa / Rio Negro / Dufer

Eficiência e Desburocratização

■ Teleaudiências Criminais / Prodesp / Secretaria da Administração Penitenciária / Casa Civil / Tribunal de Justiça ■ Protocolo de Ações Integradas em Atendimento à Vítima de Violência Sexual / Governo de São Paulo / Secretaria de Segurança Pública / Secretaria da Saúde / Governo Municipal / Prefeitura Municipal de Sorocaba / Sociedade Civil / Centro de Integração da Mulher

Gestão de Recursos Humanos

■ Sistema de Auto-avaliação para Melhoria da Qualidade da Educação Profissional do Estado de São Paulo / Ceeteps / Secretaria de Ciência e Tecnologia ■ Rede do Saber: tecnologia a serviço da gestão de recursos humanos / Secretaria da Educação / Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas

Design de Hiperímida

■ Cidadão.SP: design de hiperímida / Poupatempo / Fundap / Casa Civil / Seade / Imprensa Oficial / Prodesp

Transações Internas

■ Sistema de Informações Geográficas no Saneamento (Signos) / Sabesp ■ www.escoladafamilia.sp.gov.br / Secretaria da Educação / FDE / Unesco / Instituto Ayrton Senna / Instituto Faça Parte / Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo / 311 Instituições Privadas de Ensino Superior / Ballix Tecnologia e Sistemas Ltda.

primeira edição 2004

Atendimento ao Cidadão

■ Central de Atendimento e de Informações Educacionais da Secretaria da Educação / SEE

Eficiência no uso de recursos públicos

■ São Paulo: um estado de leitores / Secretaria da Cultura ■ Eficiência na Dispensação de Medicamentos para Pacientes Ambulatoriais / HC FM-USP / Prodesp ■ Programa Cidadania no Cárcere / Secretaria da Administração Penitenciária

Inclusão Digital

■ Promover Saúde / Associação Beneficente Educacional Vila Conceição / Programa Acesso São Paulo / Programa de Saúde da Família – Posto Dom João Nery

Infraestrutura

■ Rede Intragov / Casa Civil / Prodesp

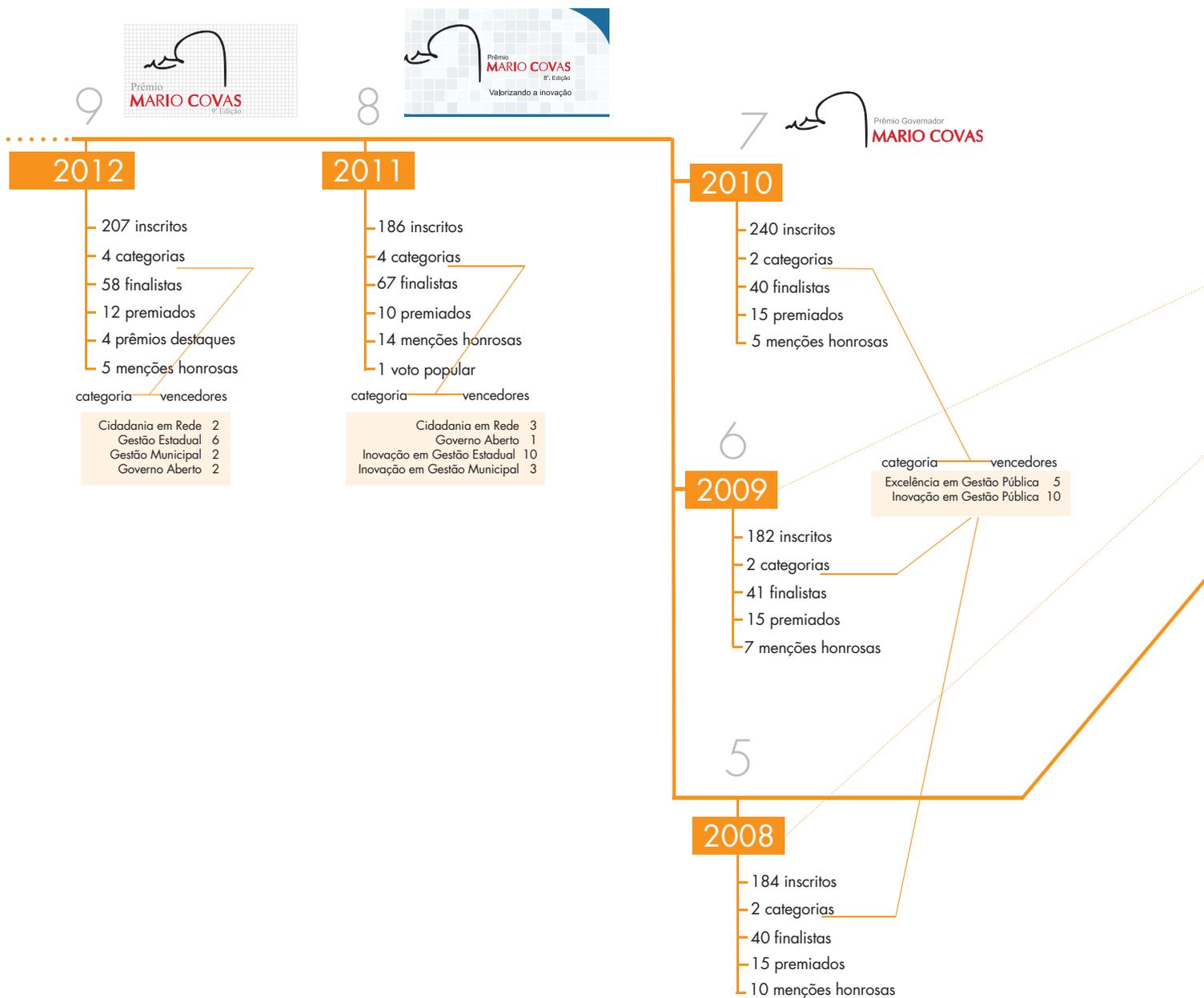
Transações internas

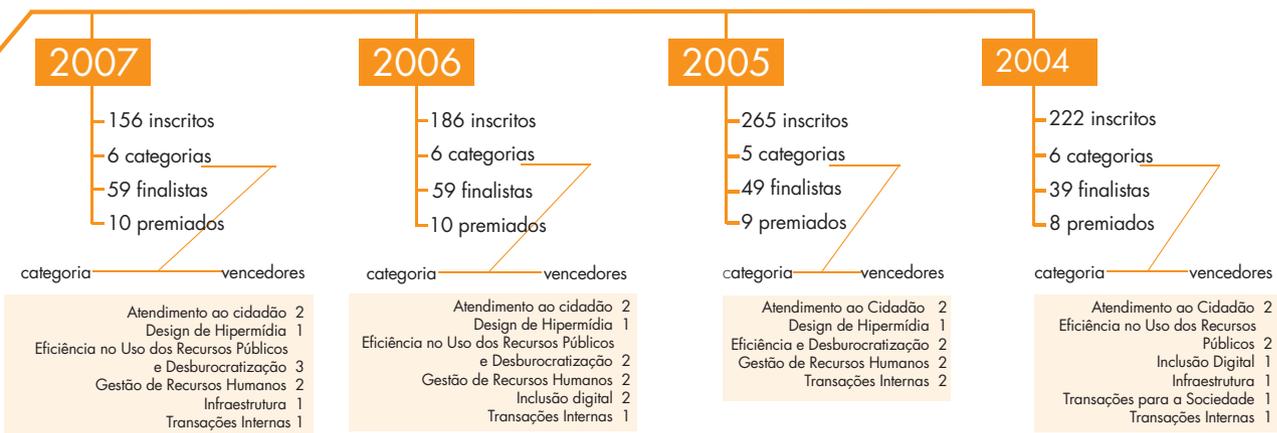
■ Sistema Integrado de Informações Clínicas / Instituto do Coração (InCor) HC FM-USP

Transações para a sociedade

■ Leia Livro, uma comunidade de leitores na internet e nas ondas do rádio. Secretaria da Cultura / Áster Petróleo / DM9 / Fundação Padre Anchieta (Rádio Cultura – FM 103,3 MHz e AM 1200 kHz) / editoras Record / Companhia das Letras / A Girafa / Conrad / Devir / Ática

linha do tempo





Fundap
*Fundação do Desenvolvimento
Administrativo*



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Planejamento e Gestão